



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 056

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 04 DE AGOSTO DE 2003

ANO XXIX

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

NATÁLIO STICA

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PSL

CLEITON KIELSE

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

EDSON PRACZYK

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	Ângelo Vanhoni
<i>Líder da Oposição</i>	Durval Amaral
<i>PTB</i>	Carlos Simões
<i>PFL</i>	Plauto Miró Guimarães
<i>PSDB</i>	Ademar Traiano
<i>PMDB</i>	Antonio Anibelli
<i>PPB</i>	Duílio Genari
<i>PT</i>	Luciana Rafagnin
<i>PDT</i>	Neivo Beraldin
<i>PSL</i>	Luiz Carlos Martins
<i>PL</i>	Chico Noroeste
<i>PPS</i>	Waldir Leite
<i>PSB</i>	Ratinho Júnior

Representação Partidária

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; PT - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes da Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PSDB - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Nelson Garcia - Nelson Tureck (em licença) - Valdir Rossoni; PFL - 06: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Miltinho Pupio; PTB - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PPS - 03: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Waldir Leite; PSB - 03: Doutor Luciano - Ratinho Júnior - Reni Pereira; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 056ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
04 DE AGOSTO DE 2003**

(segunda-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Nereu Moura e Geraldo Cartário.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Natálio Stica, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Ângelo Vanhoni, André Vargas, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Braddock, Dobrandino da Silva, Doutor Luciano, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elza Correia, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes da Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Mil-tinho Pupio, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (53). Achando-se ausente o senhor deputado Elton Carlos Welter (01).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Antes de o nosso nobre secretário Geraldo Cartário fazer a leitura da Ata da última Sessão, quero dar as boas vindas aos senhores e senhoras parlamentares e que a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná atenda as reivindicações do povo paranaense neste segundo semestre.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

OFÍCIOS

Sob o nº 435/GS, do senhor Waldyr Pugliesi, secretário de Estado dos Transportes, em resposta ao pedido de informações requerido pelo deputado Marcos Isfer, que pede esclarecimentos a respeito das obras da Rodovia PR-151, trecho compreendido entre São Mateus do Sul - PR e divisa PR/SC (Três Barras). **Ao conhecimento do deputado interessado.**

Sob o nº CEE/CC/2025/03, do senhor Caíto Quintana, chefe da Casa Civil, em resposta ao pedido de informações requerido pelo deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, que pede esclarecimentos sobre o estágio em que se encontra a implantação do Núcleo Regional da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento, com sede na cidade de Dois Vizinhos. **Ao conhecimento do deputado interessado.**

Sob o nº 443/GS, do senhor deputado Waldyr Pugliesi, secretário de Estado dos Transportes, em resposta ao pedido de informações requerido pelos deputados Fernando Ribas Carli, Elio Lino Rusch, Plauto Miró Guimarães, Ademar Traiano, Durval Amaral e Luiz Carlos Martins, que pedem encaminhamento das Atas das reuniões havidas entre o Poder Executivo e as concessionárias das rodovias públicas estaduais. **Ao conhecimento dos deputados interessados.**

Sob o nº 180/2003/AT, do senhor Waldyr Pugliesi, secretário de Estado dos Transportes, em resposta ao pedido de informações requerido pelo deputado Durval Amaral, que pede encaminhamento de cópia de editais de licitação, cópia dos atos de homologação dos licitantes vencedores, cópia dos respectivos contratos de concessão das rodovias públicas estaduais, cópia dos supervenientes aditivos ou quaisquer alterações contratuais posteriores. **Ao conhecimento do deputado interessado.**

Sob o nº 409/03-SEMA/GS, do senhor Luiz Eduardo Cheida, secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, em resposta ao pedido de informações requerido pelo deputado André Vargas, que pede esclarecimentos sobre o possível cancelamento da multa de R\$ 40 milhões com as empresas integrantes do pool de combustíveis de Londrina. **Ao conhecimento do deputado interessado.**

Sob o nº MEC/INEP/4467/2003, do senhor Raimundo Luiz Silva Araújo, presidente substituto do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - Anísio Teixeira, comunicando celebração de convênio com a Secretaria de Estado da Educação do Paraná, com a finalidade de apoiar a realização de atividades relacionadas ao Censo Escolar, bem como a manutenção da ope-

racionalidade do Sistema Integrado de Informações Educacionais - SIED, com aquisição de equipamentos de informática. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 297-GSIPR/SENAD/GAB, do senhor Paulo Roberto Yog de Miranda Uchôa, secretário Nacional Antidrogas do gabinete de Segurança Institucional, encaminhando cópia do convênio firmado entre essa Secretaria e o Governo do Estado, visando a capitalização do Fundo Nacional Antidrogas e respectivo extrato, publicado no Diário Oficial da União, em 08 de julho de 2003. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 728/GS, do senhor Aldo José Parzianello, secretário de Estado da Justiça e da Cidadania, comunicando que essa Secretaria firmou o convênio com o Ministério da Justiça, através da Secretaria de Direito Econômico, cujo objeto trata do desenvolvimento dos projetos “Módulo Piloto para Atendimento ao Consumidor” e “Cadastro Geral de Reclamações Fundamentadas do Paraná”. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 244, do senhor João Carlos Buffara Lopes, gerente geral da Caixa Econômica Federal, comunicando a liberação de recursos financeiros no valor de R\$6.947,87 (seis mil, novecentos e quarenta e sete reais e oitenta e sete centavos), destinados ao município de Toledo, referente à terceira parcela do Contrato de Repasse nº 133.491-39/2001/Mapa/Caixa, assinado em 31 de dezembro de 2001, no âmbito do Prodesa, modalidade execução de promoção do cooperativismo nacional. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº AL000139/2003, do senhor Hermes Ricardo Matias de Paula, secretário executivo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, do Ministério da Educação, comunicando a liberação de recursos financeiros destinados a garantir a execução de programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, no valor de R\$1.198.810,60. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº AL000218/2003, do senhor Hermes Ricardo Matias de Paula, secretário executivo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, do Ministério da Educação, comunicando a liberação de recursos financeiros destinados a garantir a execução de programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, no valor de R\$576,00. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 463/2003, do senhor Henrique Naigeboren, presidente do egrégio Tribunal de Contas do Estado, em resposta ao pedido de informações requerido pelo deputado Jocelito Canto, que pede esclarecimentos sobre a prestação de contas do município de Ponta Grossa no exercício de 2001. **Ao conhecimento do senhor deputado interessado.**

Sob o nº CEE/CC/1934/2003, do senhor Caíto Quintana, chefe da Casa Civil, em resposta ao pedido de informações requerido pelo deputado Elton Carlos Welter, que pede esclarecimentos quanto a motivação que determinou a Portaria 076/2003/IAP, paralisando as obras das Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCH's. **Ao conhecimento do deputado interessado.**

Sob os nºs 1448 e 1454/03/DEP/SEMTEC/MEC, da senhora Ivone Maria Elias Moreyra, diretora de Educação Profissional da Secretaria de Educação Média e Tecnológica, informando que a transformação do Cefet/PR em Universidade Tecnológica está sendo estudado e, com a maior brevidade possível essa Secretaria se posicionará sobre o pleito. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/CC/094/2003, do senhor governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 082/2003, de autoria do deputado Natálio Stica, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos expostos. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC/125/2003, do senhor governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 125/2003, de autoria do deputado Tadeu Veneri, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos expostos. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC/126/2003, do senhor governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 166/2003, de autoria do deputado Hermas Brandão, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos expostos. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC/127/2003, do senhor governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 176/2003, de autoria do deputado Doutor Luciano, por julgá-lo eivado de fatores de inconstitucionalidade e de dispositivos que contrariam os elevados interesses públicos, conforme motivos expostos. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob os nºs CTL/CC/090, 091, 092 e 095 a 124/2003, do senhor governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projeto de Lei nºs:

050/2003: De autoria do deputado Luiz Carlos Martins, que dá nova redação ao parágrafo único, da Lei nº 13.738/2002, o qual convertido em lei tomou o nº 14.056. **Anote-se - Arquite-se.**

171/2003: De autoria do deputado Nelson Justus, que altera a redação do artigo 1º, da Lei nº 9.148/89, declarando de Utilidade Pública o Conselho de Entidades Sociais do Paraná - Consep, com sede e foro nesta Capi-

tal, o qual convertido em lei tomou o nº 14.057. **Anote-se - Arquivo-se.**

001/2003: De autoria do deputado Pastor Edson Praczyk, que dispõe sobre normas de utilização de computação por órgãos da Administração Pública, conforme específica, o qual convertido em lei tomou o nº 14.058. **Anote-se - Arquivo-se.**

Projeto de Lei Complementar nº 270/2003: De autoria da Procuradoria Geral de Justiça, que dá nova redação ao parágrafo 2º, do artigo 110, da Lei Complementar nº 85, de 27 de dezembro de 1999, o qual convertido em lei complementar tomou o nº 99. **Anote-se - Arquivo-se.**

174/2003: De autoria da deputada Elza Correia, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Nelson Maculan, o qual convertido em lei tomou o nº 14.060. **Anote-se - Arquivo-se.**

336/2003: De autoria do Poder Executivo, que autoriza o mesmo a promover encampação da concessão objeto do contrato nº 071/97, para exploração do Lote nº 01, do Programa de Concessão de Rodovias no Estado do Paraná e adota outras providências, o qual convertido em lei tomou o nº 14.061. **Anote-se - Arquivo-se.**

337/2003: De autoria do Poder Executivo, que autoriza o mesmo a promover encampação da Concessão objeto do contrato nº 072/97, para exploração do Lote nº 02, do Programa de Concessão de Rodovias no Estado do Paraná e adota outras providências, o qual convertido em lei tomou o nº 14.062. **Anote-se - Arquivo-se.**

338/2003: De autoria do Poder Executivo, que autoriza o mesmo a promover encampação da Concessão objeto do contrato nº 073/97, para exploração do Lote nº 03, do Programa de Concessão de Rodovias no Estado do Paraná e adota outras providências, o qual convertido em lei tomou o nº 14.063. **Anote-se - Arquivo-se.**

339/2003: De autoria do Poder Executivo, que autoriza o mesmo a promover encampação da Concessão objeto do contrato nº 074/97, para exploração do Lote nº 04, do Programa de Concessão de Rodovias no Estado do Paraná e adota outras providências, o qual convertido em lei tomou o nº 14.064. **Anote-se - Arquivo-se.**

340/2003: De autoria do Poder Executivo, que autoriza o mesmo a promover encampação da Concessão objeto do contrato nº 075/97, para exploração do Lote nº 05, do Programa de Concessão de Rodovias no Estado do Paraná e adota outras providências, o qual convertido em lei tomou o nº 14.065. **Anote-se - Arquivo-se.**

341/2003: De autoria do Poder Executivo, que autoriza o mesmo a promover encampação da Concessão objeto do contrato nº 076/97, para exploração do Lote nº 06, do Programa de Concessão de Rodovias no Estado do Paraná e adota outras providências, o qual convertido em lei tomou o nº 14.066. **Anote-se - Arquivo-se.**

Projeto de Lei Complementar nº 342/2003: De autoria do Poder Executivo, que acrescenta e altera os dispositivos que especifica, da Lei Complementar nº 07, de 22/12/76 (Estatuto do Magistério Público de Ensino

de 1º e 2º graus), o qual convertido em lei complementar tomou o nº 100. **Anote-se - Arquivo-se.**

209/2003: De autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias do Estado para o exercício financeiro de 2004, o qual convertido em lei tomou o nº 14.067. **Anote-se - Arquivo-se.**

282/2003: De autoria do Poder Executivo, que altera conforme específica, a Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996, o qual convertido em lei tomou o nº 14.068. **Anote-se - Arquivo-se.**

201/2003: De autoria do Ministério Público, que altera o artigo 4º, da Lei nº 12.241, de 28 de julho de 1998, o qual convertido em lei tomou o nº 14.069. **Anote-se - Arquivo-se.**

288/2003: De autoria do Poder Executivo, que autoriza o mesmo a manter, nos mesmos valores mensais e requisitos para concessões, o pagamento das vantagens previstas nas Leis nºs 13.627/2002 e 13.629/2002, o qual convertido em lei tomou o nº 14.070. **Anote-se - Arquivo-se.**

346/2003: De autoria do deputado Reni Pereira, que concede o título e Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Sr. Assis Gurgacz, o qual convertido em lei tomou o nº 14.071. **Anote-se - Arquivo-se.**

290/2003: De autoria do Poder Executivo, que institui, no âmbito do Estado do Paraná, a Semana Estadual de Prevenção ao Uso Indevido de Drogas, o qual, convertido em lei, tomou o nº 14.072. **Anote-se - Arquivo-se.**

296/2003: De autoria do deputado André Vargas e outros, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Exmo. senhor presidente da República Federativa do Brasil, Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, o qual convertido em lei tomou o nº 14.073. **Anote-se - Arquivo-se.**

291/2003: De autoria do Poder Executivo, que dá nova redação ao artigo 2º, da Lei nº 11.832/97 e revoga a Lei nº 13.522/2002, o qual convertido em lei tomou o nº 14.074. **Anote-se - Arquivo-se.**

311/2003: De autoria do Poder Executivo, que dispensa débitos fiscais conforme específica, relativos ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação-ICMS, o qual convertido em lei tomou o nº 14.075. **Anote-se - Arquivo-se.**

283/2003: De autoria do Poder Executivo, que revoga a Lei nº 13.728, de 15 de julho de 2002, o qual convertido em lei tomou o nº 14.076. **Anote-se - Arquivo-se.**

289/2003: De autoria do Poder Executivo, que altera os dispositivos que especifica, da Lei nº 13.666, de 05 de julho de 2002, adotando providências sobre remuneração de cargos de Agente de Aviação, o qual convertido em lei tomou o nº 14.077. **Anote-se - Arquivo-se.**

121/2003: De autoria do deputado José Maria Ferreira, que concede o título de Cidadão Honorário do

Estado do Paraná, ao Padre Haruo Sasaki, o qual convertido em lei tomou o nº 14.078. **Anote-se - Arquivo-se.**

196/2003: De autoria do deputado Pastor Edson Praczyk, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Hemofílicos dos Campos Gerais, com sede e foro no município de Ponta Grossa, o qual convertido em lei tomou o nº 14.079. **Anote-se - Arquivo-se.**

263/2003: De autoria do deputado Marcos Isfer, que declara de Utilidade Pública o Centro de Treinamento e Formação de Estudante Cetefe, com sede e foro na cidade de Curitiba, o qual convertido em lei tomou o nº 14.080. **Anote-se - Arquivo-se.**

190/2003: De autoria do deputado Luiz Carlos Martins, que declara de Utilidade Pública a Associação de Rotarianos de Carlópolis, com sede e foro no município de Carlópolis, o qual convertido em lei tomou o nº 14.081. **Anote-se - Arquivo-se.**

195/2003: De autoria do deputado Pastor Edson Praczyk, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Beneficente Lar Bom Samaritano, com sede e foro no município de Cascavel, o qual convertido em lei tomou o nº 14.082. **Anote-se - Arquivo-se.**

137/2003: De autoria do deputado Pastor Edson Praczyk, que declara de Utilidade Pública a Associação Encontro Gospel do Paraná, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em lei tomou o nº 14.083. **Anote-se - Arquivo-se.**

177/2003: De autoria do deputado José Maria Ferreira, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - Apae de Tamarana, com sede no município de Tamarana e foro no município de Londrina, o qual convertido em lei tomou o nº 14.084. **Anote-se - Arquivo-se.**

310/2003: De autoria do deputado Hermas Brandão, que altera o artigo 1º, da Lei nº 49, de 21 de dezembro de 1965, declarando de Utilidade Pública o Fundo de Pensão Multipatrocinado, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em lei tomou o nº 14.085. **Anote-se - Arquivo-se.**

202/2003: De autoria do deputado Alexandre Curi, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Fruticultores de Icaraíma e Região - Afruir, com sede e foro na comarca de Icaraíma, o qual convertido em lei tomou o nº 14.086. **Anote-se - Arquivo-se.**

Projeto de Lei Complementar nº 359/2003: De autoria do deputado Tadeu Veneri, que dispõe que a carreira do Magistério Estadual, estruturada pelos cargos de Professor e de Especialista de Educação, passe a contar com cargos de 20 horas-aula e de 40 horas-aula semanais, conforme específica e adota outras providências, o qual convertido em lei complementar tomou o nº 101. **Anote-se - Arquivo-se.**

OFÍCIO Nº 157/2003

Curitiba, 04 de agosto de 2003.

Senhor Secretário:

Sirvo-me do presente para justificar a minha ausência da Sessão Plenária deste Legislativo estadual no

dia 04 de agosto de 2003, em razão de estar acompanhando o ministro das Cidades, Olívio Dutra, em virtude da Etapa Municipal da Conferência Nacional das Cidades, que está sendo realizada em Cascavel.

Certo de sua atenção, no sentido de ser abonada a ausência acima mencionada, subscreve.

Sala das Sessões, em 04.08.2003.

(a) ELTON CARLOS WELTER

OFÍCIO Nº 021/2003

Curitiba, 15 de julho de 2003.

Senhor Presidente:

Pelo presente informamos que o novo líder da Bancada do Partido dos Trabalhadores é o deputado Padre Paulo Campos.

Na oportunidade, aproveito o ensejo para renovar meus protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 04.08.2003.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

OFÍCIO S/Nº

Senhor Presidente:

Pelo presente comunico a V. Exa. que estou filiado ao Partido Popular Socialista, e farei parte da Bancada do PPS com assento nesta augusta Casa de Leis.

Sendo o que se apresenta para o momento, renovo meus protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 04.08.2003.

(a) RATINHO JÚNIOR

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1426

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei nº 365/2003, que altera a Lei nº 9.242/90 que criou o município de Vila Alta, dando ao mesmo a denominação do Alto Paraíso.

Sala das Sessões, em 04.08.2003.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

JUSTIFICATIVA:

O pedido se justifica no artigo 182 do Regimento Interno e se faz necessário, tendo em vista que há quase um ano, foi realizado um plebiscito, autorizado pela Lei Municipal nº 43/2002, onde a população opinou pela mudança da denominação do município de Vila Alta para Alto Paraíso.

REQUERIMENTO Nº 1466

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais:

REQUER a V. Exa.reserva do plenarinho, no período da manhã, para dia 19 de agosto de 2003, para a

realização da segunda audiência pública da Comissão de Saúde Pública, com o tema: Atos-Médicos.

Sala das Sessões, em 04.08.2003.

(a) DOUTOR LUCIANO

REQUERIMENTO Nº 1432

Senhor Presidente.

O deputado estadual Tadeu Veneri, no uso de suas prerrogativas, na condição de Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, com fundamento no artigo 53 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná, REQUER à Mesa:

Realização de Audiência Pública da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, no dia 20 de agosto de 2003, a partir das 9h00, a realizar-se no plenarinho da Assembléia Legislativa do Paraná.

A presente audiência terá por objetivo o debate das questões que envolvem o Transporte Escolar da Rede Pública de Ensino do Estado do Paraná:

- Repasse da cota-parte do Governo Estadual;
- Aplicação de parte dos recursos da Fundef para o Transporte Escolar;
- Criação de mecanismo que gastam esses recursos.

Para prestar informações e manifestar os diferentes entendimentos, estarão presentes as seguintes autoridades, além de todos os interessados:

- Senhor Joarez Lima Henrichs, presidente da Associação dos Municípios do Paraná;
- Sr. Maurício Requião, secretário de Estado da Educação;
- Sra. Maria Tereza Uile Gomes, procuradora geral de Justiça/Centro de Apoio às Promotorias de Proteção à Educação;
- Sr. Rafael Iatauro Conselheiro do Tribunal de Contas do Paraná, na qualidade de técnico da Inspeção Estadual;
- Dr. Henrique Naigeboren, presidente do Tribunal de Contas do Paraná, na qualidade de técnico da Área de Contas Municipais;
- Sr. José Lemos, presidente da APP-Sindicato;
- Sr. Renato Adur, secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano.

Na audiência, o representante da Associação dos Municípios do Paraná apresentará as preocupações e demandas, cabendo às autoridades prestarem seus esclarecimentos e proporem soluções.

Dos debates e proposições será sistematizada uma proposta a ser encaminhada pela Comissão Permanente de Educação, Cultura e Esportes. Aprovado esse requerimento serão tomadas as providências para convidar as mencionadas autoridades e organizar espaço físico, bem como, Ordem do Dia.

O objetivo da presente audiência é ouvir os diferentes setores da Administração Pública e envolvidos com as questões relativas à educação (particularmente o transporte escolar).

Dessa audiência resultará a Carta de Curitiba com subsídios e solicitações para que a Assembléia Legislativa do Paraná adote procedimentos que contribuam na melhoria da educação no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 04.08.2003.

(a) TADEU VENERI

REQUERIMENTO Nº 1455

Senhor Presidente.

Observado o disposto no Regimento Interno, a adiante nominada, deputada com assento nesta Casa de Leis REQUER à Mesa a realização de Sessão Solene para a outorga do Título de Cidadania Honorária do Estado do Paraná ao senhor Francisco Carlos da Silva, no dia 11 (onze) de setembro de 2003, às 20h00, no Clube Olímpico de Maringá.

Sala das Sessões, em 04.08.2003.

(a) CIDA BORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

Por proposição da ex-deputada Serafina Carrilho, através do Projeto de Lei nº 236/2001, convertido na Lei nº 13.336, de 05 de dezembro de 2001, foi conferido ao senhor Francisco Carlos da Silva o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná.

Contudo, até a presente data não foi realizada a Sessão Solene de outorga do título, razão pela qual se solicita a designação da data e local referidos.

Paulista, radicado em Maringá, Francisco Carlos da Silva deve receber a homenagem conferida pelo Estado.

REQUERIMENTO Nº 1467

Senhor Presidente.

O deputado Natálio Stica, em comum acordo com a Bancada do Partido dos Trabalhadores, no uso de suas atribuições, REQUER na forma regimental o uso do Plenário para realização de Sessão Solene para entrega de título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Ministro-Chefe da Casa Civil Sr. José Dirceu, dia 29 (vinte e nove) de agosto do presente ano às 17h00.

Sala das Sessões, em 04.08.2003.

(aa) NATÁLIO STICA - Vice-Presidente

PADRE PAULO CAMPOS - Líder da Bancada

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento tem como finalidade prestar justa homenagem ao ministro José Dirceu, brasileiro que orgulha nosso povo por sua história de luta e perseverança em busca de uma sociedade mais justa, além de sua imensurável capacidade política reconhecida nacionalmente desde a época da ditadura, época de exílio que consolidou sua postura como homem do povo.

REQUERIMENTO Nº 1471

Senhor Presidente.

Rafael Greca de Macedo, deputado que este subscreve, solicita que seja realizada no dia 29 de agosto, Sessão Solene, às 10h00, no plenário dessa Assembléia

Legislativa do Paraná, que neste mesmo dia 29 de agosto do ano de 1853, o Senado do Império do Brasil votou a Lei nº 704/1853, sancionada por Dom Pedro II, que criou a Província do Paraná.

Solicito ainda que sejam convidados para participarem deste ato solene, para as respectivas homenagens o senhor governador do Estado do Paraná, os senhores desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná os senhores deputados e demais autoridades governamentais.

Sala das Sessões, em 04.08.2003.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Neste dia, há 150 anos surgiu o sagrado nome do “Paraná”, por meio da Lei nº 704 de 29 de agosto de 1853, votada pelo Senado do Império do Brasil, e sancionada por D. Pedro II, Lei que criou a província do Paraná, então a mais jovem do Império Brasileiro.

REQUERIMENTO Nº 1452

Senhor Presidente.

Rafael Greca de Macedo, deputado que este subscreve pede à egrégia Assembléia, seja reservado o Grande Expediente da Sessão do dia 15 de outubro próximo para comemorar, de forma ecumênica e democrática, os 25 anos de glorioso Pontificado de Sua Santidade o Papa João Paulo II, benemérito do povo paranaense, do povo brasileiro, e da humanidade inteira.

Papa benemérito, não só pela sua ação enquanto chefe pensador humanista, defensor dos direitos humanos e da não violência, construtor da unidade dos cristãos, protetor da ética, da vida, das crianças, e dos humildes.

João Paulo II elegeu o Paraná, em 1980, para uma de suas primeiras visitas ao nosso Brasil. Aqui, em dois atos diferentes, elevou a auto-estima do nosso povo, em magistrais homilias até hoje lembradas, onde chegou a comparar Curitiba a “Jerusalém da manhã de Pentecostes, pela variedade das gentes que ouvem a proclamação do Evangelho”. O Brasil deve a este Papa a canonização de sua primeira santa Madre Paulina. E a colocação em pauta de diversos outros processos de canonização de brasileiros, a quem certamente Deus já terá aberto os céus, que não é privilégio de almas italianas.

A Assembléia Legislativa do Paraná, ao realizar este ato estará se associando ao mundo inteiro, onde os grandes parlamentos, as academias, os egrégios colégios de sábios, as universidades, as agremiações de jovens, os sindicatos operários, as ordens religiosas, as irmandades professoras e de leigos, e mesmo os não crentes, se rejubilam pelo longo e profícuo ministério de Karol Wojtyła, animado de inquebrantável energia cristã, peregrino obstinado em melhorar o mundo, calçado nas “sandálias do pescador”.

Sala das Sessões, em 04.08.2003.

(a) RAFAEL GRECA

P.S. :

Ao ser aprovado o requerimento, seja encaminhado a todos os arcebispos e bispos católicos do Paraná, com convite desta Assembléia para participação, e comunicação aos seus fiéis diocesanos.

REQUERIMENTO Nº 1448

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e legais, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER seja realizado, no Plenário desta Casa, Sessão Solene, no dia 03 de setembro de 2003, às 17h00, para entrega do título de Cidadão Benemérito do Paraná ao senhor Francisco Simeão Rodrigues Neto, de acordo com a Lei nº 12.808 de 21 de dezembro de 1999.

Sala das Sessões, em 04.08.2003.

(a) NEIVO BERALDIN

REQUERIMENTO Nº 1425

Senhor Presidente:

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM à Mesa, após ouvido o Plenário, se faça consignar na Ata dos trabalhos da presente Sessão, votos de profundo pesar pelo falecimento do médico sanitarista Antonio Sérgio Arouca, ocorrido no dia 02 do mês em curso.

Requerem ainda, que da decisão desta Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 04.08.2003.

(aa) DOUTOR LUCIANO, ARLETE CARAMÊS, MARCOS ISFER, WALDIR LEITE, RATINHO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Com grande pesar registramos nesta Casa o falecimento do médico Antonio Sérgio Arouca. Certamente somos apenas uma das milhares de vozes que, neste momento de perda, se levantam para dizer adeus a este notável brasileiro.

Presidente da Fundação Oswaldo Cruz, secretário de Estado da Saúde do Rio de Janeiro, secretário municipal de Saúde do Rio de Janeiro, candidato a vice-presidente da República pelo Partido Comunista Brasileiro, deputado federal pelo Rio de Janeiro e secretário Nacional de Gestão participativa do Ministério da Saúde que ocupava atualmente.

Será lembrado por todas as funções que exerceu, mas sobretudo, será sempre reconhecido como a mais expressiva e persistente liderança, do Movimento Sanitário Nacional, contribuidor incansável na construção do Sistema Único de Saúde, fosse como pensador e formulador teórico, professor ou cientista, fosse como militante que estendia faixas e entregava panfletos na condição de coordenador da 8ª Conferência Nacional de Saúde, histórico evento que marcou a trajetória da democracia no Brasil.

Estimado amigo e incentivador Sérgio Arouca, os que ficam, em todas as trincheiras políticas e sociais,

atuarão de maneira firme, ética e permanente, se buscarem seguir o seu exemplo político e as suas atitudes como homem.

REQUERIMENTO Nº 1434

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do senhor Gabriel de Oliveira Silva, ex-prefeito municipal de Munhoz de Mello, ocorrido dia 1º de agosto corrente.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 04.08.2003.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Aos 71 anos de idade, faleceu o senhor Gabriel de Oliveira Silva, que deixou viúva a Sra. Eduvirgem Benkendorf Silva (Edite).

Deixou ainda 04 filhos e três netos.

Gabriel de Oliveira Silva, era pessoa muito estimada por todos na região de Munhoz de Mello, tanto assim, que exerceu de 1956 a 1960 o cargo de vereador; de 1961 a 1964 o de vice-prefeito e de 1973 a 1976 elegeu-se prefeito municipal, e foi novamente eleito para dirigir os destinos do município, de 1983 a 1988.

Estivemos no velório do amigo e companheiro de lutas, prestando nossa homenagem e pudemos observar que toda a população ali se encontrava levando seu último adeus e a gratidão por todos os benefícios que Gabriel conseguiu principalmente aos menos favorecidos pela sorte.

Que Deus, em sua infinita bondade, conceda ao Gabriel, que foi nosso grande e leal amigo, um lugar de paz e de muita luz, para que ele possa repousar eternamente na glória do senhor.

Tombou mais um lutador. A morte, no seu perambular incessante, não respeita nem fortes, nem fracos. Por isto caiu o prezado amigo, quando ainda no acesso à luta.

Leva consigo, entretanto, a certeza de haver lutado com denodo e com altivez, o combate da honra e do dever. Nunca se acovardou ante o perigo, nunca cedeu às injunções do medo, nunca tergiversou com o dever. Foi um grande chefe magnânimo e compreensivo com a família.

Quem, com as suas qualidades de líder para o substituir? Quem, com a sua experiência para auxiliar o próximo? Permaneceremos, porém, fiéis à sua memória, e seus exemplos e suas lições hão de continuar a ser nossa bússola na luta pelo bem-estar de nossa gente.

Lá onde está, amigo Gabriel, poderá ter a certeza de que saberemos ser seus continuadores na luta pelo ideal. Sua coragem, sua lealdade, sua prudência nunca desmentida são outras tantas qualidades que procuraremos cultivar como homenagem que lhe devemos.

Prometemos que nunca haveremos de esquecê-lo e que há de ser sempre o amigo seguro nas nossas aflições e nas nossas dúvidas.

Pedimos ao Todo-Poderoso que nossos amigos familiares do Gabriel encontrem na fé e na esperança, o consolo necessário neste momento de tristeza e dor.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste parlamentar, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Silva, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 1464

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do senhor José Maje.

Cabe ressaltar que este senhor, um pioneiro no Estado, viveu até seus 72 no município de Ibiporã.

Requer, também, envio de correspondência à família enlutada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 04.08.2003.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1468

Senhor Presidente:

A Bancada do Partido dos Trabalhadores, pelo seu líder que ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após aprovação do duto Plenário, a inserção em ata dos trabalhos desta Casa de Leis, de voto de profundo pesar pelo falecimento da deputada federal Francisca Trindade (PT-PI), ocorrido no dia 26 de julho de 2003, em São Paulo-SP.

Sala das Sessões, em 04.08.2003.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

JUSTIFICATIVA:

A Bancada do Partido dos Trabalhadores na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, lamenta profundamente o falecimento da deputada federal Francisca Trindade (PT-PI).

Mulher mãe guerreira a professora Francisca Trindade iniciou sua militância nos grupos de jovens da periferia de Teresina. Filiada ao PT desde 1985, foi vereadora, deputada estadual e a deputada federal mais votada da história do Piauí. Atuava com dedicação e firmeza na defesa da mulher e na luta pelos direitos humanos.

O Brasil perde uma cidadã exemplar e os céus ganham mais uma estrela para iluminar nosso caminho. Que descanse em paz a companheira Francisca Trindade, na certeza de que nós petistas temos, a partir da companheira, uma intercessora nos céus.

REQUERIMENTO Nº 1419

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Ple-

nário, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, votos de congratulações pelo 45º aniversário de Fundação da Escola Estadual Osvaldo Aranha, comemorado em data de 11.07. p.p. no município de Lobato/PR.

Requer ainda, que da decisão do Plenário seja dado ciência à direção daquele estabelecimento de Ensino, através da senhora Silvia Gomes Dovidoski, enviando correspondência à Rua Castro Alves, 728 - CEP 86.790-000, Lobato/PR.

Sala das Sessões, em 04.08.2003.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

A Escola Estadual Osvaldo Aranha surgiu, quando chegaram os primeiros desbravadores e começaram a derrubar as matas e construir moradias. Eram famílias constituídas com vários filhos em idade escolar e surgiu a necessidade urgente de se construir uma escola para alfabetizar as crianças;

A primeira escola foi construída em 1954, num terreno doado pelo dono de uma serraria. Era pequena, de madeira e foi construída pelos pais dos alunos, recebendo o nome de Osvaldo Aranha em homenagem ao político, diplomata e representante do Brasil nas Nações Unidas. As carteiras foram feitas de madeira de árvores derrubadas, com o apoio de algumas pessoas entendidas de marcenaria. A sala era dividida em duas alas: meninas e meninos.

Por ser uma região fértil, a população foi aumentando e surgiu a necessidade de construir uma escola maior para atender a demanda de alunos.

Em 1958 foi construída outra escola, num terreno doado pelo Dr. Homero de Quadros Gasparello, médico da cidade. A madeira foi doada pelos pais dos alunos, que também ajudaram a construí-la. Nessa época não havia merenda escolar. Cada aluno levava seu lanche.

Em, 1965 as escolas passaram a receber do Estado leite em pó, e os alunos levavam chocolate em pó para acrescentar ao leite.

Com o crescimento do município e a população nas estruturadas, chegou-se novamente à conclusão de que era necessário construir uma escola melhor, em alvenaria. Outro terreno foi doado pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná e em 15 de dezembro de 1967, autorizada a transferência para as novas instalações da então denominada Escola Normal Regional Osvaldo Aranha, que em seguida passou para Ginásio Estadual Osvaldo Aranha.

Em 1995 foi realizado, uma ampliação neste estabelecimento de ensino para atender as necessidades da população.

Em 08 de setembro de 1998, a Escola Estadual Osvaldo Aranha, Ensino de 1º grau, passou a denominar-se Escola Estadual Osvaldo Aranha - Ensino Fundamental, através da Resolução nº 3.120/98, da Secretaria de Estado da Educação.

Pelos relevantes serviços prestados em benefício da educação, envio minhas congratulações à Escola Esta-

dual Osvaldo Aranha, em comemoração aos 45 anos de fundação, que só enaltecem o papel daquele estabelecimento de ensino, que é um verdadeiro exemplo do esforço de uma comunidade, que se traduz em cidadania para os nossos filhos, construtores do amanhã.

REQUERIMENTO Nº 1440

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Osvaldo Cieslinski e Lourdes Maria Vanin Cieslinski, que completou 25 anos de união conjugal, celebrando bodas de prata.

Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos.

Somamos aos demais Pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 04.08.2003.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1441

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Manoel Antonio dos Santos e Maria Terezinha dos Santos, que completou 25 anos de união conjugal, celebrando bodas de prata.

Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos.

Somamos aos demais Pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 04.08.2003.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1442

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Affonso Filla e Lídia Filla, que completou 50 anos de união conjugal, celebrando bodas de ouro.

Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos.

Somamos aos demais Pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 04.08.2003.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1444

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Rui Cássio Cordeiro Perez Gamito e Jucelen Lopez Gamito, que completou 25 anos de união conjugal, celebrando bodas de prata.

Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos.

Somamos aos demais Pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 04.08.2003.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1445

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Antonio Manoel de Oliveira e Alzira Joana de Oliveira, que completou 60 anos de união con-

jugal no dia 08 de julho p.p. celebrando bodas de diamante.

Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos.

Somamos aos demais Pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 04.08.2003.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1453

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, deputado que este subscreve, pede a inserção nos Anais da presente Sessão, de voto de congratulações pelo transcurso do primeiro centenário de atividades dos Padres Vicentinos no Paraná, que transcorreu no último dia 4 de julho de 2003.

Sala das Sessões, em 04.08.2003.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

A Congregação de São Vicente de Paulo, ou Congregação da Missão, Província do Sul, outrora conhecida como dos Padres Lazaristas, está comemorando seu centenário no Brasil.

Fundados em 1625 pelo santo da caridade, francês admirável, falecido em 1660, esses padres sempre cultivaram o carisma de serviço aos mais necessitados, no espírito do Evangelho: O Espírito do Senhor mandou-me evangelizar os pobres..." (conforme se lê em Lucas 4:18).

Aqui vieram desde a Polônia para a nascente colônia de imigrantes de Thomaz Coelho, onde chegaram a 4 de julho de 1903.

Quatro missionários pioneiros: padre Boleslau Bayer, padre Francisco Chylaszek, padre Hugo Dylla, e o irmão Alexandre Wengrzyn. A pedido do primeiro Bispo de Curitiba, e do Paraná, Dom José de Camargo Barros, pregaram o Evangelho, abriram escolas, apoiaram os colonos, os pequenos agricultores. Fundaram igrejas, fortaleceram aldeias e cidades.

"Chegaram a assumir o trabalho pastoral simultâneo de 38 paróquias", diz o arcebispo, e historiador da Igreja Católica, Dom Pedro Fedalto.

Em 1920 fundaram o importante jornal Lud, que teve como redator chefe o padre José Joachim Goral, também autor de uma gramática em polonês. Lud daria origem à Gráfica Vicentina, tradicional centro editorial de Curitiba.

Deles ainda, a Federação Católica Oswiata, que chegou a atingir 53 escolas, com 70 professores, e mais

de 3 mil alunos, funcionando de 1921 a 1943, quando Getúlio Vargas proibiu o ensino em língua estrangeira no Brasil - por ocasião da II Guerra Mundial.

Hoje os vicentinos voltaram a manter escolas, incluída aí uma faculdade de Filosofia.

Sua presença em hospitais e albergues, junto às irmãs de Caridade de São Vicente de Paulo, nas pastorais populares, e no serviço aos mais pobres permanece enquanto serviço à causa dos pobres. Por isso, serviço também à justiça social e ao Brasil.

Aplica-se a eles o pensamento de madre Teresa de Calcutá: "o que fazem é apenas uma gota do oceano. Mas se não o fizerem o oceano ficará sem esta gota..."

Pede o envio dessas congratulações em nome do Poder Legislativo e do povo paranaense aos senhores bispos vicentinos Dom Ladislau Biernaski, bispo auxiliar de Curitiba e Dom Domingos Gabriel Winiewski, bispo de Apucarana, e ao padre reitor dos vicentinos e vigário padre Jorge Morks, na sua sede à avenida Jaime Reis 531 - Igreja de São Vicente de Paulo - CEP 80.510-010 - Curitiba, Capital do Estado.

REQUERIMENTO Nº 1460

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de congratulações ao senhor Héber Roberto Lopes, árbitro do Paraná atuante pela Fifa - Federation Internationale de Football Association.

Requer, também, envio de correspondência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 04.08.2003.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1458

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao senhor Emílio Fernando Amaral Rodrigues, pelos relevantes serviços prestados à sociedade.

Requer, também, envio de correspondência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 04.08.2003.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1459

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao agricultor aposentado, senhor José Vitorino Fernandes.

A referida homenagem se deve pelo exemplo de ser humano que esse senhor vem sendo ao longo da vida, transmitindo fé e dignidade a todos que estão à sua volta.

Requer, também, envio de correspondência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 04.08.2003.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1461

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao senhor Paulo Sérgio Ferreira.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados à sociedade.

Requer, também, envio de correspondência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 04.08.2003.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1462

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor à Juventude Socialista do PDT do Paraná, que realizou no dia 26 de julho do presente ano, seu 8º Congresso Estadual na Capital do Estado, Curitiba, no qual elegeu a Nova Diretoria Gestão 2003.

A referida homenagem, em nome do presidente eleito Elói Karon e seus diretores, atinge também a todos os jovens filiados que lutam em defesa do PDT e da juventude paranaense.

Requer, também, envio de correspondência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 04.08.2003.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1463

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao senhor Benedito Pereira dos Santos, pelos relevantes serviços prestados à sociedade.

Requer, também, envio de correspondência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 04.08.2003.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1473

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem, mui respeitosamente, REQUERER, votos de louvor à Gráfica e Editora Kai-gangue Ltda, pelo recebimento do Prêmio Excelência Gráfica do Estado do Paraná, concedido em vista da qualidade dos serviços prestados e pela relevância sócio-econômica gerada ao município de Palmas.

Solicito a especial gentileza em notificar o Sr. Orlei Roncaglio acerca do voto em apreço até o dia 15.08.2003, no endereço da Av. Coronel José Osório, nº 673, Centro, CEP 85.555-000, no município de Palmas.

Sala das Sessões, em 04.08.2003.
(a) MARCOS ISFER

REQUERIMENTO Nº 1422

Senhor Presidente:

O deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado ofício ao Exmo. Sr. governador, solicitando inclusão da cidade de Araucária, no anexo do Decreto 4.989/82, que refere-se à gratificação de localidade especial.

Sala das Sessões, em 04.08.2003.
(a) AILTON ARAÚJO

JUSTIFICATIVA:

Conforme documentação, a chefia da 1ª Seção do Estado Maior da Polícia Militar, reconhece como procedente a solicitação.

REQUERIMENTO Nº 1429

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Sr. Caio Brandão, diretor-presidente da Sanepar, solicitando a perfuração de um poço artesiano na comunidade denominada de Água do Maninho, localizada no município de São João do Ivaí, visando solucionar o problema de escassez de água.

Sala das Sessões, em 04.08.2003.
(a) PADRE PAULO CAMPOS

JUSTIFICATIVA:

O referido pedido se justifica tendo em vista que, desde o ano de 2001, a Sanepar de Londrina comprometeu-se a implantar um projeto de perfuração de poço artesiano com vistas a solucionar o problema de escassez de água na comunidade de Água do Maninho, localizada no município de São João do Ivaí.

O referido projeto foi iniciado numa parceria entre a Sanepar, a Prefeitura Municipal e a comunidade de Água do Maninho.

A Sanepar perfurou o poço e forneceu a bomba, o painel de controle, os canos, cursos para o trabalho manual, bem como a parte técnica até a ligação da bomba. A Prefeitura forneceu máquina, operador e pedreiro para a construção do encanamento e as casas das bombas. A comunidade local arcou com as despesas dos materiais de construção, dos serviços de valas para colocação dos canos e demais despesas.

Salienta-se que diversas famílias carentes que residem no local serão beneficiadas com a implantação efetiva do referido projeto.

REQUERIMENTO Nº 1430

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Sr. Waldyr Pugliesi, secretário de Estado dos Transportes, solicitando o recapeamento asfáltico da PR-182, no trecho que liga Diamante do Norte a Porto Primavera e no trecho entre Diamante do Norte e Nova Londrina.

Sala das Sessões, em 04.08.2003.
(a) PADRE PAULO CAMPOS

JUSTIFICATIVA:

O referido pedido se justifica tendo em vista que a rodovia PR-182, no trecho que liga Diamante do Norte a Porto Primavera e no trecho entre Diamante do Norte a Nova Londrina, encontra-se em péssimas condições de uso, o que dificulta o fluxo normal de veículos, além de facilitar o risco de acidentes de trânsito devido aos inúmeros buracos encontrados na pista.

Salienta-se que com a abertura da ponte sobre o Rio Paraná, na Barragem de Porto Primavera, divisa entre os Estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul, passaram a trafegar nesta rodovia cerca de seiscentas carretas por dia, o que vem agravando ainda mais a situação, principalmente dos veículos de menor porte, além de danificar ainda mais a rodovia, haja vista que a mesma não foi pavimentada para suportar veículos pesados.

REQUERIMENTO Nº 1428

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Sr. Waldyr Pugliesi, secretário de Estado dos Transportes, solicitando o recapeamento asfáltico da PR-557, no trecho que liga Diamante do Norte a Terra Rica e no trecho entre Terra Rica a Santo Antonio do Caiuá.

Sala das Sessões, em 04.08.2003.
(a) PADRE PAULO CAMPOS

JUSTIFICATIVA:

O referido pedido se justifica tendo em vista que a PR-557, no trecho que liga Diamante do Norte a Terra Rica e no trecho entre Terra Rica a Santo Antonio do Caiuá, encontram-se em péssimas condições de uso, o que dificulta o fluxo normal de veículos, além de facilitar o risco de acidentes de trânsito devido aos inúmeros buracos encontrados na pista.

REQUERIMENTO Nº 1427

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Sr. Waldyr Pugliesi, secretário de Estado dos Transportes, solicitando o recapeamento asfáltico da PR-556, no trecho

compreendido entre os municípios de Santo Antonio do Caiuá e São João do Caiuá.

Sala das Sessões, em 04.08.2003.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

JUSTIFICATIVA:

O referido pedido se justifica tendo em vista que a PR-556, no trecho compreendido entre os municípios de Santo Antonio do Caiuá e São João do Caiuá, encontra-se em péssimas condições de uso, o que dificulta o fluxo normal de veículos, além de facilitar o risco de acidentes de trânsito devido aos inúmeros buracos encontrados na pista.

REQUERIMENTO Nº 1418

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente à família Vasco de Almeida, (vereador Jucelino Vasco de Almeida - CEP 85780-000) do município de Boa Vista da Aparecida - PR, com votos de profundo pesar pelo falecimento precoce do seu filho Emerson Vasco de Almeida, ocorrido no último dia 03 de agosto do ano em curso.

Sala das Sessões, em 04.08.2003.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O falecimento precoce do jovem Emerson Vasco de Almeida, deixou consternada toda a família e amigos que residem no município de Boa Vista da Aparecida.

Filho do vereador Jucelino Vasco de Almeida e Roseli de Almeida, deixará estampado na mente de todos os seus familiares, amigos e conhecidos, que tinha um futuro brilhante, pois muito jovem ainda, era distinguido por sua simpatia e amizade. Resta-nos a consolação de que Deus também precisa dos seus filhos bons no reino do céu.

Através deste parlamentar, a Assembléia Legislativa do Estado, cumpre o doloroso dever de se associar à dor e ao pesar recebidos pela família Vasco de Almeida e a ela endereçar manifestação de votos de sentidas condolências e rogando a Deus para que a todos conforte e ampare.

REQUERIMENTO Nº 1420

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosamente REQUERER providências no sentido de melhorar a sinalização e recapeamento da rodovia PR-092 entre o trecho de Curitiba e Rio Branco do Sul.

A solicitação se deve ao fato de que no período noturno a rodovia encontra-se em condições precárias de trafegabilidade e do grande trânsito de caminhões devido ao escoamento da safra de calcário.

Sala das Sessões, em 04.08.2003.

(a) ALEXANDRE CURI

REQUERIMENTO Nº 1438

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos moradores do Bairro Parolin, que pedem em regime de urgência, policiamento ostensivo na Rua Comendador Roseira, principalmente à noite, entre a PUC e o Paiol, com a finalidade de proporcionar maior segurança aos alunos da universidade. O local é muito perigoso e os alunos e comunidade em geral ficam à mercê da ação dos marginais e assaltantes.

Face à situação crítica exposta, pedimos urgência no policiamento ostensivo, que com certeza proporcionará segurança para a comunidade e inibirá a ação dos assaltantes.

Sala das Sessões, em 04.08.2003.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1423

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, deputado que este subscreve, pede à egrégia Assembléia que se digne a encaminhar à Procuradoria do Patrimônio Público do Ministério Público do Estado do Paraná as seguintes informações, que considera de relevante interesse público - sobremaneira para a população da Região Metropolitana de Curitiba.

1 - Existe hoje inaceitável disparidade entre a tarifa de transporte coletivo cobrada pela URBS, no ônibus urbano da capital, R\$1,65, e aquela autorizada pela Comec, nos ônibus metropolitanos, R\$1,50. Isto se dá por divergências nos índices de remuneração das empresas concessionárias, com a conivência da maioria da Câmara Municipal de Curitiba, que apoia o prefeito municipal. Quando entre 1993 e 1996, este deputado e o atual governador Requião, governávamos, ele, o Estado do Paraná, pela primeira vez, eu, a nossa cidade de Curitiba, havia concordância em ser justa a taxa de administração para as empresas em 12%. Hoje a URBS aumentou tal taxa inexplicavelmente para 13%. Isto sobre o total do valor arrecadado com a Rede Integrada de Transportes Metropolitanos. Por quê? De onde vem a diferença, se a geografia permanece a mesma, e o sistema não foi ampliado para melhor?

Quando se passa o rio Iguaçu, muda a economia?

Ou a álgebra curitibana difere da metropolitana?

2 - O lançamento de IPTU na capital do Estado é abusivo. Seja para a classe média nos bairros tidos como próximos ao centro e aos setores estruturais, seja para os terrenos de periferia, com construções simples, de até 80 metros quadrados, que entre 1993 e 1996, enquanto fui prefeito, e também em algumas gestões anteriores, não pagavam nada, tinham alíquota zero, porque os vereadores da situação permitem este abuso, condenado até na

escritura “Não lançará imposto iníquo sobre o órfão e a viúva”, conforme se lê no Livro da Sabedoria.

Sala das Sessões, em 04.08.2003.

(a) RAFAEL GRECA DE MACEDO

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 381/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica proibida a cobrança de ICMS nas contas de serviços públicos estaduais próprios, delegados, terceirizados ou provados de água, luz, telefone e gás, de igrejas e templos de qualquer crença, desde que o imóvel esteja comprovadamente na propriedade ou posse das igrejas ou templos e sejam usados para a prática religiosa.

Parágrafo Único - Nos casos em que o imóvel não for próprio, a comprovação do funcionamento deverá se dar através de contrato de locação ou comodato devidamente registrado, ou ainda, da justificativa de posse judicial.

Art. 2º - São definidas, para efeito do artigo 1º, as contas relativas a imóveis ocupados por igrejas ou templos de qualquer culto, devidamente registrados e reconhecidos pela autoridade competente através do alvará de funcionamento.

Art. 3º - Os templos e igrejas deverão o requerer, junto às empresas prestadoras de serviços, a isenção a que têm direito, a partir da vigência desta lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 04.08.2003.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

JUSTIFICATIVA:

A Constituição Federal, em seu artigo 150, inciso VI, letra “b”, já prevê que sobre os templos e as igrejas de qualquer culto, é proibido instituir impostos, o que não vem, nos casos propostos neste projeto, sendo obedecido pelas empresas prestadoras dos serviços, sob a alegação da falta de legislação explicativa ou mais específicas, o que será suprida com a presente lei.

Devo salientar que no Estado do Rio de Janeiro, está em vigor lei semelhante que prevê a referida proibição da cobrança de ICMS para as igrejas e templos (Lei nº 3.627/2001).

Diante do exposto, solicito o apoio dos nobres pares desta augusta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 382/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam as distribuidoras de combustíveis obrigadas a colocar lacres eletrônicos nos tanques dos postos de combustíveis.

Art. 2º - Fica a distribuidora responsável pela colocação nos postos, podendo só ela ter acesso à abertura dos tanques.

Art. 3º - O descumprimento desta lei sujeitará o infrator à multa de R\$10.000,00 (dez mil reais), corrigidos monetariamente pelo índice oficial.

Art. 4º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 04.08.2003.

(a) VANDERLEI IENSEN

JUSTIFICATIVA:

Este projeto de lei tem como finalidade evitar a adulteração do produto nos postos de combustíveis, e garantir assim, a qualidade do combustível, defendendo o direito do consumidor.

Lei semelhante, aprovada no Estado do Rio de Janeiro, foi questionada no Supremo Tribunal Federal em Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN 2334). O Supremo Tribunal Federal declarou a constitucionalidade da lei. O ministro Gilmar Mendes não acolheu, ao votar, o argumento de que a lei violava a competência privativa da União para legislar sobre direito “civil, comercial, energia e desapropriação”. Para o relator, a mencionada lei, na verdade, trata da defesa do direito do consumidor, e a Constituição Federal, em seu artigo 24, inciso VII, prevê competência legislativa concorrente entre a União e os Estados a respeito da matéria.

O ministro - relator argumentou que, no caso, o objetivo da norma foi controlar melhor a qualidade dos combustíveis, evitando-se a adulteração, o que se configura como defesa de interesse do consumidor. O relator também considerou improcedente a alegação de que a norma violou os princípios da livre concorrência, da propriedade privada e da livre iniciativa. Segundo ele, os princípios não podem ser concretizados em detrimento do interesse público, sobretudo dos direitos do consumidor.

Solicito o apoio dos nobres pares desta augusta Casa de Leis, para aprovação do projeto de lei que obriga as distribuidoras de combustíveis a colocar lacres eletrônicos nos tanques dos postos de combustíveis.

PROJETO DE LEI Nº 383/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Altera a Lei nº 8.852 de 27 de julho de 1988, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica proibido fumar nos recintos e edificações abaixo relacionados:

I - hospitais, maternidades, clínicas, consultórios médicos, consultórios odontológicos e laboratórios;

II - cinemas, teatros, auditórios, museus, bibliotecas, salas de aula públicas e particulares, salas de conferências e de convenções;

III - elevadores de prédios públicos, residenciais, comerciais e industriais;

IV - veículos de transporte coletivo municipal e interurbano, táxis e ambulâncias;

V - restaurantes, bares e assemelhados.

Art. 2º - Nos estabelecimentos acima mencionados poderá ser permitido fumar em salas especiais dotadas de proteção adequada, nas quais serão utilizados somente materiais de construção de revestimento e acabamento incombustíveis ou auto-extinguíveis.

Art. 3º - Em todos os estabelecimentos deverão ser colocados cartazes ou avisos com os dizeres “PROIBIDO FUMAR”, bem como a utilização do sinal internacional de proibição de fumar nos locais públicos onde for comum a presença de estrangeiros ou analfabetos.

Parágrafo Único - Em recinto com área superior a 50 m2 (cinquenta metros quadrados), os cartazes ou avisos a que se refere este artigo deverão repetir-se na proporção de 01 (um) para cada 50 m2 (cinquenta metros quadrados) ou fração excedente.

Art. 4º - A efetivação da proibição e a colocação dos cartazes ou avisos mencionados no artigo 3º desta lei deverão ser feitas no prazo de 90 (noventa) dias da sua vigência.

Art. 5º - Fica proibida a comercialização de fumo ou tabaco em órgãos públicos e estabelecimentos de ensino da rede pública e privada.

Art. 6º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei e suas penalidades no prazo de 60 (sessenta) dias contados da data de sua publicação.”

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 04.08.2003.

(a) VANDERLEI IENSEN

JUSTIFICATIVA:

Muitos fumantes não agüentam mais ouvir as advertências do Ministério da Saúde: Fumar causa câncer de pulmão, câncer de boca, infarto do coração, etc. Mas não tem jeito; quem quiser falar seriamente sobre cigarro vai ter que transmitir todas as informações, por um motivo simples: elas são verdadeiras.

O cigarro é fator de risco para diversas doenças. Isso significa que uma pessoa que fuma tem mais chances de contrair uma série de males. Alguns estão diretamente

ligados ao tabaco. De cada dez casos de câncer de pulmão, por exemplo, nove são consequência do fumo, assim como 85% das mortes de enfisemas.

No Brasil, estima-se que 80 mil pessoas morram precocemente a cada ano devido ao tabagismo. Mas, por que o fumo faz tanto mal? Quando uma pessoa traga a fumaça de um cigarro, está inalando mais de 4700 substâncias tóxicas. Muitas delas vêm do processo do plantio de tabaco. Os agrotóxicos utilizados na plantação acabam sendo inalados, por tabela, pelo fumante.

O alcatrão é, na verdade, um composto de mais de 40 substâncias comprovadamente cancerígena. Assim 30% das mortes por câncer se devem ao fumo. O tabagismo pode causar tumores não apenas nos pulmões, mas também na boca, laringe, faringe, esôfago, pâncreas, rins, bexiga e colo de útero.

Mas um dos maiores vilões é mesmo a nicotina. Responsável pelo prazer e pela dependência, ela acelera a frequência cardíaca e contribui para o surgimento de doenças cardíaco-vasculares. Basta dizer que 45% dos infartos agudos do miocárdio em pessoas abaixo dos 65 anos são causados pelo tabagismo. A nicotina também estimula a produção de ácido clorídrico, causando azia, podendo levar a uma úlcera e também a um câncer de estômago.

Em Nova Iorque, há anos, as tragadas são proibidíssimas no saguão dos prédios, nos elevadores, nos escritórios, nas lojas, nos restaurantes, no metrô, no ônibus e nos aeroportos. Há quatro meses está em vigor uma lei que prevê multas que vão de 200 a 1.000 dólares, proibindo que se fume em todo e qualquer local públicos fechado por um teto ou quatro paredes. Quem infringir a regra mais de três meses em um trimestre perde o alvará de funcionamento.

Solicito o apoio dos nobres pares desta augusta Casa de Leis, para a aprovação do Projeto de Lei que altera a Lei nº 8.852/88, que proíbe fumar em recintos que menciona e dá outras providências.

PROJETO DE LEI Nº 384/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - O Anexo Único da Lei nº 13.976, de 26 de dezembro de 2002 - lei que cria o Fundo Estadual do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná - FUNCB, passa a vigorar na forma do Anexo Único integrante desta lei.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.08.2003.

(a) NEREU MOURA

ANEXO ÚNICO
TABELA ÚNICA - TAXAS DE EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA E
TAXAS DE UTILIZAÇÃO DE SERVIÇOS PRESTADOS

Nº ORDEM	DISCRIMINAÇÃO DO FATO GERADOR	PERIODICIDADE E VALOR EXPRESSO EM PERCENTUAL DA UPF/PR
1.	<u>UTILIZAÇÃO DE SERVIÇOS PRESTADOS</u>	
1.1.	EXPEDIÇÃO DE DOCUMENTOS	
1.1.1.	Certidões diversas (por folha)	10%
1.1.2.	Cópias autenticadas (por folha)	5%
1.1.3.	Atestados diversos	15%
1.1.4.	Inscrição em cursos de formação	100%
1.1.5.	Inscrição em curso de atualização, treinamento e preparo de público externo	100%
1.1.6.	Exame psicotécnico	100%
1.1.7.	Expedição de certificados e documentos diversos ao público externo	15%
1.2.	ANÁLISE DE PROJETO DE PREVENÇÃO CONTRA INCÊNDIO, PÂNICO E EXPLOSÃO	Na entrega da certificação da análise do projeto.
1.2.1.	<p>Fórmula para cálculo da taxa: $I = 30\% \text{ UPF/PR} \times \{5 + (A_i \times Z_i) \times fr\}$ I - Valor da taxa expresso em unidade monetária: A_i - Área do imóvel em m², construída ou projetada sendo: A1 - áreas até 1.000 m²; A2 - áreas excedentes a 1.000 m², até 10.000 m²; A3 - áreas excedentes a 10.000 m². Z_i - Coeficiente variável em função da área, sendo: Z1 - 0,010 (até 1.000 m² de área); Z2 - 0,020 (área excedente a 1.000 m², até 10.000 m²) Z3 - 0,002 (área excedente a 10.000 m²) fr - Coeficiente variável em função do risco de incêndio, determinado de acordo com a atividade desenvolvida no estabelecimento, sendo: - Classe 1 - Residências e comércios, indústrias e serviços, que utilizem ou explorem materiais e/ou mercadorias de alto ponto de fulgor (sólidos comuns): índice 1 (um); - Classe 2 - Comércios, indústrias e serviços, que explorem materiais e/ou mercadorias de baixo ponto de fulgor (derivados de petróleo e explosivos): índice 2 (dois). - A taxa a que se refere o item 1.2. será cobrada até o limite de 100 UPF/PR.</p>	
1.3.	PERÍCIA DE INCÊNDIO E EXPLOSÃO	Na entrega do laudo pericial.

ANEXO ÚNICO
TABELA ÚNICA - TAXAS DE EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA E
TAXAS DE UTILIZAÇÃO DE SERVIÇOS PRESTADOS

Nº ORDEM	DISCRIMINAÇÃO DO FATO GERADOR	PERIODICIDADE E VALOR EXPRESSO EM PERCENTUAL DA UPF/PR
1.3.1.	<p>Fórmula para cálculo da taxa: $I = 30\%UPF/PR \times \{5 + (A_i \times Z_i) \times fr\}$ I - Valor da taxa expresso em unidade monetária; A_i - Área do imóvel em m² a ser periciada; sendo: A1 - áreas até 1.000 m²; A2 - áreas excedentes a 1.000 m², até 10.000 m²; A3 - áreas excedentes a 10.000 m². Z_i - Coeficiente variável em função da área; sendo: Z1 - 0,010 (até 1.000 m² de área); Z2 - 0,020 (área excedente a 1.000 m², até 10.000 m²) Z3 - 0,002 (área excedente a 10.000 m²). fr - Coeficiente variável em função do risco de incêndio, determinado de acordo com a atividade desenvolvida no estabelecimento, sendo: - Classe 1 - Residências e comércios, indústrias e serviços, que utilizem ou explorem materiais e/ou mercadorias de alto ponto de fulgor (sólidos comuns): índice 1 (um); - Classe 2 - Comércios, indústrias e serviços, que explorem materiais e/ou mercadorias de baixo ponto de fulgor (derivados de petróleo e explosivos): índice 2 (dois). - A taxa a que se refere o item 1.3. será cobrada até o limite de 100 UPF/PR.</p>	
1.4.	CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS QUE OPERAM NA ÁREA DE SEGURANÇA E PREVENÇÃO CONTRA INCÊNDIO, PÂNICO, EXPLOSÕES	Na entrega do Certificado de Credenciamento anual.
1.4.1.	<p>Fórmula para cálculo da taxa: $I = 30\%UPF/PR \times (10 \times fr)$ I - Valor da taxa expresso em unidade monetária; fr - Coeficiente variável em função da complexidade, determinado de acordo com a atividade desenvolvida no estabelecimento, sendo: - Classe 1 - venda de equipamentos: índice 1 (um); - Classe 2 - venda, instalação e manutenção de equipamentos: índice 3 (três). - Classe 3 - fabricação, venda, instalação e manutenção de equipamentos: índice 5 (cinco).</p>	
2.	TAXA ANUAL DE VISTORIA, SEGURANÇA E PREVENÇÃO CONTRA INCÊNDIO, PÂNICO E EXPLOSÃO	Anual.
2.1.	VISTORIA EM ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS, INDUSTRIAIS, PRESTADORES DE SERVIÇOS E EDIFÍCIOS COM MAIS DE TRÊS PAVIMENTOS.	Anual.

ANEXO ÚNICO
TABELA ÚNICA - TAXAS DE EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA E
TAXAS DE UTILIZAÇÃO DE SERVIÇOS PRESTADOS

Nº ORDEM	DISCRIMINAÇÃO DO FATO GERADOR	PERIODICIDADE E VALOR EXPRESSO EM PERCENTUAL DA UPF/PR
2.1.1.	<p>Fórmula para cálculo da taxa: $I = 30\%UPF/PR \times \{5 + (A_i \times Z_i) \times fr\}$ I - Valor da taxa expresso em unidade monetária; A_i - Área do imóvel em m² a ser vistoriada; sendo: A1 - áreas até 200m²; A2 - áreas excedentes a 200m², até 5.000 m²; A3 - áreas excedentes a 5.000 m². Z_i - Coeficiente variável em função da área; sendo: Z1 - 0,010 (até 200 m² de área); Z2 - 0,020 (área excedente a 200 m², até 5.000 m²) Z3 - 0,002 (área excedente a 5.000 m²). fr - Coeficiente variável em função do risco de incêndio, determinado de acordo com a atividade desenvolvida no estabelecimento, sendo: - Classe 1 - Residências e similares com alto ponto de fulgor (sólidos comuns): índice 0,5 (ponto cinco); - Classe 2 - Comércio, indústrias e serviços, que utilizem ou explorem materiais e/ou mercadorias de alto ponto de fulgor (sólidos comuns): índice 1 (um); - Classe 3 - Comércio, indústrias e serviços, que explorem materiais e/ou mercadorias de baixo ponto de fulgor (derivados de petróleo e explosivos): índice 2 (dois). - A taxa a que se refere o item 2.1. será cobrada até o limite de 100 UPF/PR.</p>	
2.2.	VISTORIA EM RECIPIENTES UTILIZADOS PARA ARMAZENAMENTO DE PRODUTOS PERIGOSOS	Anual.
2.2.1.	<p>Fórmula para cálculo da taxa: $I = 2\% UPF/PR \times (1 + V_r \times fr)$ I - Valor da taxa será expressa em reais. V_r - Volume de referência, sendo: Volume até 1,00 m³ - V_r = 1; Volume maior que 1,00 m³ e menor que 10 m³ - V_r = 100; Volume igual ou maior que 10 m³ - V_r = 200. fr - Coeficiente variável em função da classe do produto, sendo: - Classe 1 - explosivos: índice 1,0; - Classe 2 - gases: índice 0,9; - Classe 3 - líquidos inflamáveis: índice 0,9; - Classe 4 - sólidos inflamáveis; substâncias sujeitas a combustão espontânea; substâncias que, em contato com a água emitem gases inflamáveis: índice 0,9; - Classe 5 - substâncias oxidantes; peróxidos orgânicos: índice 0,8; - Classe 6 - substâncias tóxicas; substâncias infectantes: índice 0,7; - Classe 7 - materiais radioativos: índice 1,0; - Classe 8 - substâncias corrosivas: índice 0,6; - Classe 9 - substâncias e artigos perigosos diversos: índice 0,5.</p>	

PROJETO DE LEI Nº 385/2003
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica alterado o parágrafo 2º da Lei nº 11.019, de 28 de dezembro de 1994, que alterou a Tabela de Serviço a que se refere o artigo 25 da Lei nº 7.811/83, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“§ 2º - Os valores constantes do Anexo referido no *caput* deste artigo serão atualizados semestralmente pelo índice adotado pelo governo federal.”

Art. 2º - Na tabela de serviços do Detran/PR, o valor cobrado nas Estadias de Pátio, Código 2.28.00-1 e 2.28.01.0, fica fixado em R\$5,00 (cinco reais).

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 04.08.2003.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Ao apresentarmos o presente projeto de lei, objetivamos tornar mais justa a cobrança das taxas de serviços do Departamento de Trânsito, proporcionando que o contribuinte possa recuperar veículo de sua propriedade que encontra-se detido no pátio do Detran. O veículo acaba, muitas vezes, sendo leilado pela total impossibilidade financeira do cidadão mais carente de quitar com as altas taxas, causando-lhe perdas irreparáveis, tendo em vista que o veículo constitui a única propriedade familiar do devedor.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente plano de lei.

PROJETO DE LEI Nº 386/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a “Fundação Ricieri Quinto Guareschi”, com sede e foro no município de Barracão/PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.08.2003.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

A “Fundação Ricieri Quinto Guareschi” é uma instituição sem fins lucrativos, de caráter assistencial e cultural, criada pela família Guareschi, com a finalidade de promover o desenvolvimento social, cultural, político e religioso das pessoas através de encontros palestras, conferências, teatros e demais atividades artísticas e culturais; promover o conhecimento e o cultivo das tradições culturais dos diversos povos, principalmente dos brasileiros e italianos; acolher, congregar e hospedar as pessoas que se dedicam à Fundação; incentivar e desenvolver a consciência ecológica e de preservação ambiental; apoiar toda forma de solidariedade que leve à construção e ao desenvolvimento da justiça e da fraternidade entre as pessoas.

Pelas considerações apresentadas, a referida entidade cumpre os quesitos que regulamentam a matéria, tornando-a apta para ser declarada de Utilidade Pública por esta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 387/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Produtores de Leite, com sede e foro no município de Goioxim-PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.08.2003.

(a) NEREU MOURA

PROJETO DE LEI Nº 388/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Mulheres Rurais de Chopinzinho - AMR, com sede e foro no município de Chopinzinho.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 04.08.2003.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Mulheres Rurais de Chopinzinho - AMR, com sede e foro no município de Chopinzinho, entidade sem fins lucrativos, tem realizado maravilhoso trabalho junto à coletividade de toda a região, buscando congrega as agricultoras da comunidade por seus interesses e direitos.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 389/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE-, com sede e foro no município de Goioxim-PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.08.2003.

(a) NEREU MOURA

PROJETO DE LEI Nº 390/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Desenvolvimento Comunitário do Rio Pratinha, com sede e foro na cidade de Santa Maria do Oeste, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.08.2003.

(a) ALEXANDRE CURI

JUSTIFICATIVA:

Nobres senhores parlamentares, tenho a honra de apresentar a Associação de Desenvolvimento Comunitá-

rio do Rio Pratinha, entidade sem fins lucrativos que muito vem contribuindo com o desenvolvimento do município de Santa Maria do Oeste, promovendo e contribuindo para a formação e desenvolvimento humano, cultural, social, econômico, bem como o bem-estar da comunidade.

Dentre os principais objetivos da Associação, temos a colaboração com o poder público, conselhos e outras entidades existentes na comunidade.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 391/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica alterado o *caput* do artigo 1º, da Lei nº 9.959, de 29 de abril de 1992, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica criado o município de Quarto Centenário, desmembrado do município de Goioerê, com as seguintes divisas e confrontações:”.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 04.08.2003.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando o presente projeto de lei com o objetivo único de corrigir a denominação do município criado pela Lei nº 9.959, tendo em vista que a grafia correta deveria ser “Quarto Centenário”, conforme consultas realizadas a diversos professores da língua portuguesa.

Desde sua instalação, todas as repartições públicas municipais, estaduais e nacionais tem grafado, em seus cadastros e correspondência, a denominação do município como Quarto Centenário e não 4º Centenário, como está na sua lei de criação.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da proposição em tela.

PROJETO DE LEI Nº 392/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública estadual a Associação de Ensino Agropecuário Oeste do Paraná - Agropar, com sede e foro no município de Palotina.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.08.2003.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Ensino Agropecuário Oeste do Paraná - Agropar, é uma entidade de direito privado, de

natureza educacional, assistencial e filantrópica, sem fins lucrativos que visa, entre vários itens, o amparo e a assistência educativa e material a estudantes carentes de recursos e promover a transição entre a escola e o mundo do trabalho, capacitando jovens e adultos com conhecimentos e habilidades gerais específicas para o exercício das atividades produtoras.

PROJETO DE LEI Nº 393/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Porto Amazonas, com sede no município de Porto Amazonas e foro no município de Palmeira.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 04.08.2003.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Porto Amazonas, com sede no município de Porto Amazonas e foro no município de Palmeiras, entidade sem fins lucrativos, tem realizado um maravilhoso trabalho junto à coletividade de toda a região, procurando desenvolver atividades de proteção social da família, assistindo, em particular, à maternidade, à infância, à adolescência e à terceira idade.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 394/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública, o Grupo de Amor à Vida - GAV, com sede e foro no município de Castro.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 04.08.2003.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

O Grupo de Amor a Vida - GAV, com sede no município de Castro, entidade sem fins lucrativos, tem realizado maravilhoso trabalho junto à coletividade de toda a região, buscando, incansavelmente, conscientizar a população da importância e necessidade da assistência e prevenção às DST/HIV/AIDS.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 395/2003
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Os danos decorrentes do não cumprimento de decisão judicial para reintegração da posse perdida em virtude da invasão e ou ocupação de propriedades no Estado é de responsabilidade da Administração Pública, a quem comete a execução da sentença.

Art. 2º - Entende-se por danos decorrentes do não cumprimento de decisão judicial, para os efeitos desta lei, aqueles de ordem material ou moral, sofridos pelos trabalhadores, proprietários, arrendatários ou legítimos possuidores, a qualquer título, dos imóveis invadidos e ou ocupados, sejam eles pessoas físicas ou jurídicas, de direito privado ou público, além daqueles gerados à União, às Municipalidades e ao próprio Estado, em virtude da perda de receita direta ou indireta, causada pela interrupção ou diminuição da atividade produtiva na área invadida.

Art. 3º - A apuração do montante dos danos sofridos, quer em razão de prejuízos, de lucros cessantes ou ainda da diminuição da receita pública, e a determinação dos titulares do direito ao ressarcimento, deverá ser procedida por uma comissão mista formada por representantes do Poder Legislativo, do Tribunal de Contas, do Ministério Público, da Federação da Agricultura do Paraná-Faep e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra, mediante convênio com a União, e corresponderá ao período entre o prazo final concedido pelo Poder Judiciário para o cumprimento da sentença e o seu efetivo cumprimento.

§ 1º - A não constituição da comissão mista de que trata este artigo ou a não indicação dos seus membros pelos entes que a compõem, ao chefe do Poder Executivo, no prazo para regulamentação desta lei, permitirá ao juízo da causa, a pedido da parte, o arbitrariamente do montante dos danos devidos em razão do não cumprimento da decisão judicial.

Art. 4º - Após o décimo dia útil, contado a partir do prazo final concedido pelo Poder Judiciário para o cumprimento da decisão e até o seu efetivo cumprimento, as autoridades responsáveis, governador do Estado, secretário da Segurança e comandante geral da Polícia Militar, ficarão obrigadas, solidariamente, ao pagamento de multa diária, em percentual de 1% (um por cento) sobre o valor da área, segundo base de cálculo estabelecida para efeito de pagamento do imposto incidente sobre a área invadida ou ocupada, Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR ou o Imposto sobre a Propriedade Predial Territorial Urbana - IPPTU.

Parágrafo Único - A multa diária estabelecida no *caput* deste artigo deverá ser recolhida à conta do

Tesouro Geral do Estado, em rubrica própria, e seu produto será abatido do montante correspondente à indenização de que trata esta lei e, havendo saldo credor, este será transferido para o Fundo de reequipamento da Polícia Militar - FUNPM.

Art. 5º - O Poder Executivo Estadual regulamentará a presente lei no prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 04.08.2003.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Apoioamento:

Barbosa Neto, Nelson Garcia, Luiz Fernandes Litro da Silva, Ademar Traiano, Luiz Carlos Martins, Elio Rusch.

PROJETO DE LEI Nº 396/2003
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica denominado de Escola Estadual Romeu Pires, o atual Colégio Estadual Conjunto Atuba, estabelecimento educacional localizado no município de Pinhais.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 04.08.2003.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando a presente proposição com o objetivo de alterar a denominação da escola Estadual Conjunto Atuba para Escola Estadual Romeu Pires.

O município de Pinhais, seus munícipes e os moradores da região, temos a certeza, ficarão muito orgulhosos com a homenagem que ora propomos.

Romeu Pires, mineiro de nascimento e paranaense de coração, foi um homem que muito colaborou para o crescimento do município de Pinhais, conforme comprova a maravilhosa biografia que apresentamos em anexo.

Isto posto, esperamos contar com o apoio dos nobres deputados para a aprovação do presente plano de lei.

PROJETO DE LEI Nº 397/2003
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Comunidade Kolping de Inácio Martins, com sede no município de Inácio Martins e foro no município de Irati.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 04.08.2003.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

A Comunidade Kolping de Inácio Martins, com sede no município de Inácio Martins e foro no município de Irati, entidade sem fins lucrativos, tem realizado maravilhoso trabalho junto à coletividade de toda a região, procurando promover e contribuir com o desenvolvimento da vida comunitária, proporcionando a promoção integral dos cidadãos, norteados pelos princípios e ideais de seu fundador, Padre Adolfo Kolping.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 398/2003

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica instituído o Certificado de Responsabilidade Social-PR, a ser conferido, anualmente, pela Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, às empresas e demais entidades com sede no Estado do Paraná que apresentarem o seu Balanço Social do exercício imediatamente anterior.

Parágrafo Único - Para fins do disposto no *caput* deste artigo, as empresas e demais entidades deverão encaminhar à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná o seu Balanço Social até o último dia do mês de junho do ano seguinte ao de referência do Balanço.

Art. 2º - Para os fins desta lei, considera-se Balanço Social o documento pelo qual as empresas e demais entidades apresentam dados que permitam identificar o perfil da sua atuação social durante o exercício, a qualidade de suas relações com os empregados, o cumprimento das cláusulas sociais, a participação dos empregados nos resultados econômicos e as possibilidades de desenvolvimento pessoal, bem como a forma de interação das empresas e demais entidades com a comunidade e sua relação com o meio ambiente.

§ 1º - O Balanço social de que trata o *caput* será assinado por contador ou técnico em contabilidade devidamente habilitado ao exercício profissional.

§ 2º - Os dados financeiros constantes do Balanço Social deverão ser extraídos das respectivas demonstrações contábeis elaboradas na forma da legislação vigente.

Art. 3º - A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná tornará pública a relação das empresas que apresentarem o Balanço Social, nos termos desta lei, outorgando-lhe o certificado de Responsabilidade Social-PR.

Parágrafo Único - O certificado Responsabilidade Social-PR, de que trata o *caput* deste artigo, será entregue em Sessão Solene do Poder Legislativo Estadual.

Art. 4º - Dentre as empresas certificadas, a Assembléia Legislativa elegerá os projetos mais destacados, os quais agraciará com o Troféu Responsabilidade Social - Destaque PR.

Parágrafo Único - Dentre os aspectos a serem considerados por ocasião da escolha, constarão:

I - Impostos, taxas, contribuições e impostos federais, estaduais e municipais;

II - folha de pagamento bruta - valor total da folha de pagamento, incluídos os encargos sociais;

III - condições de trabalho - higiene e segurança de trabalho, número de acidentes de trabalho e número de reclamações trabalhistas;

IV - alimentação - restaurante, tíquete-refeição, lanches, cestas básicas e outros gastos com a alimentação dos empregados;

V - saúde, plano de saúde, assistência médica, programas de medicina preventiva, programas de qualidade de vida e outros gastos com saúde;

VI - educação - treinamento, programa de estágios, reembolso de educação, bolsas de estudos, creches, assinaturas de revistas, gastos com biblioteca, e outros gastos com educação e treinamento de empregados ou seus familiares;

VII - aposentadoria - planos especiais de previdência privada, tais como: fundações previdenciárias, complementações de aposentadoria e outros benefícios aos aposentados.

VIII - outros benefícios - participação nos resultados econômicos, seguro, empréstimos, gastos com atividades recreativas, transportes e outros benefícios oferecidos aos empregados;

IX - contribuições para a sociedade - investimentos na comunidade nas áreas de cultura, esportes, habitação, saúde pública, saneamento, segurança, urbanização, educação, defesa civil, pesquisa, obras públicas, campanhas públicas e outros gastos sociais na comunidade, discriminando, inclusive, o número de horas destinadas por seu quadro funcional ao trabalho voluntário;

X - investimentos em meio ambiente - reflorestamento, despoluição, gastos com introdução de métodos não-poluentes e outros gastos que visem à conservação e melhoria do meio ambiente, inclusive com educação e conscientização ambiental;

XI - número de empregados - número médio de empregados no exercício (registrados no último dia do período);

XII - número de admissões- admissões efetuadas durante o período;

XIII - políticas adotadas visando a diminuir a exclusão de determinados segmentos sociais - descrição sintética de políticas adotadas pela empresa no sentido de diminuir a

exclusão social através da admissão social de idosos, deficientes físicos e outros, no seu quadro funcional.

Art. 5º - A Mesa Diretora da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no prazo de 60 (sessenta) dias, contado da data da publicação desta lei, constituirá comissão mista, com representantes de entidades da sociedade civil organizada para planejar o evento anual e deliberar sobre os critérios que nortearão a escolha das empresas a serem agraciadas com o Troféu Responsabilidade Social - Destaque - PR.

Art. 6º - As despesas decorrentes da presente lei serão cobertas pelos recursos orçamentários próprios, a conta do orçamento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Art. 7º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 04.08.2003.

(a) CIDA BORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

O envolvimento da sociedade é fundamental para alcançarmos estágios mais avançados de desenvolvimento.

Assumir responsabilidades e não atribuí-las somente aos outros é fundamental para a mudança cultural do nosso povo.

Todos nós somos responsáveis pela situação que vivemos.

PROJETO DE LEI Nº 399/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública o Centro de Apoio Esperança, situada na Rua Lucilla Ballalai nº 135, Jardim Petrópolis, Londrina-PR, CEP 86.005-520, CNPJ 05.030.509/0001-09.

Art. 2º - A declaração de Utilidade Pública a que se refere o artigo 1º, será assegurada pelo compromisso dos usuários de manutenção e recuperação das suas instalações.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.08.2003.

(a) BARBOSA NETO

JUSTIFICATIVA:

O Centro de Apoio Esperança, na cidade de Londrina, é uma sociedade civil, filantrópica, sem fins lucrativos que tem por finalidade oferecer atendimento social e psicológico às pessoas - e seus familiares - portadoras de neoplasia e outras patologias, possibilitando um melhor enfrentamento dos dilemas decorrentes da doenças.

A entidade atende uma média de 80 (oitenta) pessoas por mês, com permanências de curta e longa duração. O centro de Apoio Esperança também serve uma média de 480 refeições ao mês para acompanhantes e pacientes que se encontram em tratamento no Instituto de Câncer de Londrina (ICL).

Face ao exposto e testemunhas que somos do excelente trabalho desenvolvido pela referida entidade esperamos o devido apoio dos nobres pares desta Casa Legislativa para a sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 400/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica criado o Banco do Patrocínio como instrumento de financiamento do esporte amador e profissional no Estado do Paraná.

Art. 2º - O Banco de Patrocínio constitui-se num fundo de natureza contábil vinculado à Paraná Esporte e à Secretaria de Educação, cujos recursos serão constituídos por:

I - dotações orçamentárias e créditos adicionais e especiais e os repasses que lhe venham a ser consignados no Orçamento Geral do Estado;

II - receitas oriundas de concursos prognósticos e da Loteria Estadual (artigo 175 da Constituição Estadual);

III - doações de incentivos fiscais;

IV - outras fontes.

Parágrafo Único - Os recursos serão utilizados para o patrocínio de atletas amadores ou profissionais através do repasse de valores a serem estipulados pelo Poder Executivo.

Art. 3º - A pessoa jurídica fica autorizada a deduzir do pagamento de ICMS, como incentivo fiscal, o valor correspondente ao montante dos valores comprovadamente destinados ao Banco do Patrocínio.

§ 1º - O valor da educação será limitado a 10% (dez por cento) do imposto devido, podendo o eventual excesso ser transferido para dedução apenas até os dois anos do calendário subsequentes.

§ 2º - O incentivo fiscal previsto nesta lei não exclui ou reduz outros incentivos ou benefícios fiscais nem está sujeito a outros limites estabelecidos na legislação estadual e federal.

§ 3º - As infrações aos dispositivos desta lei, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, sujeitarão o contribuinte à cobrança do imposto não recolhido, acrescido das penalidades estabelecidas na legislação.

§ 4º - A utilização fraudulenta do benefício fiscal instituído será enquadrada na forma criminal prevista, sujeitando o infrator às mesmas penas nele cominadas, respondendo pelo crime os sócios, acionistas, controlador

e os administradores que para ele efetivamente tenham concorrido.

Art. 4º - Além de outros requisitos a serem implementados quando da regulamentação desta lei, para ser beneficiário do Banco do Patrocínio o atleta deverá preencher os seguintes requisitos:

I - Amador:

- a) residir no Estado do Paraná;
- b) estar em plena atividade desportiva;
- c) estar vinculado a alguma entidade de prática desportiva.

II - Profissional:

- a) residir ou ser natural de qualquer município paranaense;
- b) estar vinculado a alguma entidade de prática desportiva comprovada por declaração da entidade;
- c) estar em plena atividade esportiva, comprovado por súmula de jogo ou declaração de entidade comprovando a participação em campeonatos estaduais, nacionais e/ou internacionais.

Art. 5º - A concessão de patrocínio deverá ser avaliada anualmente para verificar o desenvolvimento do atleta e seu potencial.

Parágrafo Único -O patrocínio poderá ser revogado a qualquer tempo, desde que comprovado o não desenvolvimento do atleta patrocinado.

Art. 6º - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 60 (sessenta) dias, definidos:

I - os critérios para concessão do patrocínio;

II - o cadastramento dos atletas junto ao Banco do Patrocínio;

III - o valor do benefício que não poderá ser inferior a R\$240,00 (Duzentos e quarenta reais) nem superior a R\$1.500,00 (Um mil e quinhentos reais);

IV - o período de duração do patrocínio;

V - a forma de controle dos recursos.

Art. 7º - O acompanhamento da implementação e da aplicação dos recursos do Banco do Patrocínio, bem como o acompanhamento das avaliações dos atletas, será feita pela Secretaria da Educação e da Paraná Esportes.

Art. 8º - A comissão do patrocínio tem caráter temporário e não gera direito adquirido, nem vínculo do atleta com o Poder Público Estadual, podendo ser concedido o suspenso de acordo com os critérios a serem estabelecidos e pelas condições de sua execução.

Art. 9º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 04.08.2003.

(a) BARBOSA NETO

JUSTIFICATIVA:

É dever do Estado nos termos do artigo 197, da Constituição Federal, fomentar as atividades desportivas,

assegurando dentre outros: destinação de recursos; criação de medidas de valorização do talento desportivo. E ainda promover, nos termos do artigo 220, II, incentivo à prática de esportes e a realização de eventos com participação financeira de empresas privadas e estatais.

Em verdade, a iniciativa privada é que muitas vezes sustenta e mantém grande parte do esporte amador e profissional no Brasil e no Paraná, mas existem muitas que sozinhas não conseguem manter esportistas, porém têm interesse em patrocinar e por vezes não conseguem atingir seus objetivos.

Os atletas, por sua vez, não encontram o patrocínio necessário para o desenvolvimento de suas habilidades e a muitas "estrelas" acabam por morrer sem ter nascido.

E por fim o Estado não tem condições de sozinho arcar com o ônus de patrocinar e incentivar todos os desportistas, mas tem ferramentas para fazer a junção de todos os que congregam desta idéia.

Desta forma é que o Banco do Patrocínio vem como alternativa para permitir um financiamento do esporte amador e profissional, centralizado e gerido através do Estado, ou ainda concedendo benefícios fiscais para as empresas.

PROJETO DE LEI Nº 401/2003

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o Recanto da Terceira Idade São Carlos - Riscar, com sede em São Carlos do Ivaí e foro no município de Paraíso do Norte.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 04.08.2003.

(a) CIDA BORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

O Recanto da Terceira Idade São Carlos, com sede em São Carlos do Ivaí, está em funcionamento desde 10 de novembro de 1997. A diretora atual cumpre mandato até 19 de janeiro de 2004.

Em 2002 o Recanto da Terceira Idade São Carlos - Riscar - completou seis anos. Após quatro anos de construção, há dois anos o Recanto estende seu atendimento às pessoas idosas desprovidas de condições para seu próprio sustento básico.

O Recanto atende pessoas idosas carentes e, através de ações e serviços, estimula a convivência, a socialização, a participação e a integração ao exercício da cidadania, proporcionando aos idosos melhores condições de saúde.

O Riscar é fruto de ação comunitária, onde a grande preocupação foi considerar a velhice apenas mais uma etapa da vida, integrando o idoso ao meio social.

O Recanto funciona em sistema de internato e centro-dia, atendendo atualmente 21 idosos (doze homens e 09 mulheres) em idade de 53 a 96 anos. Proporciona atendimento médico, psicológico, terapêutico, atividade de lazer, reabilitação e conscientização, estimulando a convivência, a socialização, a participação e a integração social.

A manutenção do Recanto sempre foi feita através de doações da comunidade.

A exposição do relatório de atividade, inclusive com fotos, demonstra o alcance social da obra, merecedora do apoio do Estado do Paraná e desta Assembléia Legislativa.

PROJETO DE LEI Nº 402/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação das Amigas da Mama, com sede e foro no município de Curitiba.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 04.08.2003.

(a) CIDA BORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

Com sede na Comendador Araújo, 510, sala 304, na cidade de Curitiba, a Associação das Amigas da Mama, cuja denominação já foi “Associação das Amigas do Peito” (conforme primeiro estatuto da entidade), faz trabalho de conscientização destinado à prevenção do câncer de mama.

A informação é a melhor arma para combater o desenvolvimento do câncer de mama, doença que causa grande temor nas mulheres de todas as idades.

O início da história legal dessa Associação foi em 11 de agosto de 2001, quando se formou a entidade sem fins lucrativos, voltada para estender a mão e apoiar mulheres a vencer a guerra contra o câncer de mama, através do diagnóstico precoce.

Em agosto de 2002, a convite da Sociedade Brasileira de Mastologia - Seção Paraná, a Associação participou da Semana Nacional do Combate ao Câncer, com trabalho voltado à conscientização da população sobre o auto-exame das mamas. Nessa oportunidade foi promovida caminhada no Parque Barigüi, com apresentação da Banda Lira e distribuição de folhetos explicativos.

Ainda no mês de agosto de 2002, a Associação participou do II Encontro Catarinense da Mulher Mastectomizada, em Florianópolis / SC. Esse evento reuniu representantes de entidades que apoiam as mulheres em tratamento no combate ao câncer de mama. A repercussão desse encontro foi significativa e mobilizou a população para a conscientização das famílias sobre o auto-exame e direitos das mulheres com câncer de mama.

Em 24 de outubro de 2002, foi realizado o encontro denominado “Da Qualidade de Vida à Prevenção ao Câncer de Mama”, que contou com a participação de 800 mulheres, no Centro de Convenções de Curitiba. Em parceria com planos de saúde dos funcionários (ativos e inativos) da Copel, Sanepar, Banestado e Uniodonto, a Associação conseguiu motivar, orientar e proporcionar estímulos para que através da qualidade de vida e auto-exame se efetive o combate ao câncer de mama.

Em novembro de 2002, no Teatro Fernanda Montenegro, durante cinco dias, foi realizado evento voltado para o público da terceira idade. A Associação apresentou peça de teatro e manteve stand para prestar esclarecimentos aos idosos. Foi realizada palestra médica com o tema “Oncologia na Maturidade”, depoimentos e palestra motivacional com o tema “O Grande Desafio da Vida”.

Ainda no ano de 2002, a Associação das Amigas da Mama participou do Programa Estadual de Prevenção do Câncer de Mama, onde estiveram presentes o então governador Jaime Lerner e a primeira dama, senhora Fani Lerner, além de outras autoridades,

Também em 2002 foi lançado o Programa do Município de Curitiba destinado ao controle do câncer de mama, com a participação da Associação das Amigas da Mama. Na Itaipu Binacional, no ano de 2002, a Associação participou da Semana Interna de Prevenção de Acidentes.

No ano de 2003, a Associação efetuou diversas atividades destinadas à conscientização da mulher e das famílias sobre o câncer de mama, com palestras, participação em programas de rádio e televisão.

A Associação das Amigas da Mama integra o Conselho da Saúde da Mulher, no município de Curitiba, bem como a Comissão de Avaliação do Hospital Victor do Amaral.

A mídia tem oferecido amplo espaço para a Associação das Amigas da Mama, em razão do trabalho essencial que desenvolve. Através do site da Associação, busca divulgar as formas de prevenção do câncer de mama, endereço para contato, depoimentos, agenda com eventos e reuniões.

As integrantes da Associação das Amigas da Mama reúnem-se mensalmente no primeiro domingo de cada mês, buscando oferecer palestras com profissionais das mais diversas áreas de interesse das mulheres e famílias, assim como a apresentação de novas associadas, onde cada uma relata sua experiência e busca no grupo o apoio psicológico para enfrentar o tratamento desafiador.

A Associação busca dar amparo à paciente e seus familiares no aspecto psicológico, assim como a indicação e encaminhamento a profissionais que em parceria com a Associação prestam alguns serviços de forma gratuita.

O inestimável e dedicado trabalho da Associação das Amigas da Mama merece o reconhecimento do Poder Público, haja vista que o voluntariado é essencial para suplementar a atuação do Estado.

PROJETO DE LEI Nº 403/2003
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica instituído o Fundo Estadual de Turismo do Paraná.

Art. 2º - Serão destinados os recursos captados pelo Fundo Estadual de Turismo as seguintes finalidades:

I - programas de Educação para o Turismo consciente, abrangendo todas as escolas públicas, dando preferência às escolas de Ensino Médio;

II - implementar programas priorizando a melhoria do turismo receptivo;

III - destinar recursos para os investimentos em serviço para a comunidade, como informações através do sistema 0800;

IV - investimentos na infra-estrutura dos municípios com atrativos e vocação turística;

V - divulgação nas rodovias pedagiadas: sinalização, informações e históricos;

VI - qualificação e formação de mão-de-obra.

Art. 3º - As empresas concessionárias dos serviços de pedágio no Estado, ficam obrigadas a destinar 2% de suas receitas ao Fundo a que trata o artigo 1º desta lei.

§ 1º - Os recursos captados pelo Fundo Estadual de Turismo serão regidos e administrados por um Conselho Diretor, tendo cinco representantes, da seguinte maneira:

I - um representante da Secretaria Estadual de Turismo, indicado pelo governador do Estado;

II - um representante das Concessionárias de Pedágio atuantes no Estado do Paraná, indicado pelas concessionárias;

III - um representante do Sindicato dos Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares;

IV - um representante dos prefeitos, indicados pelas Associações de Municípios;

V - um representante da Assembléia Legislativa do Paraná;

VI - um representante da Procuradoria Geral do Estado;

VII - um representante da Secretaria Estadual de Indústria e Comércio ou Transportes, indicado pelo governador.

§ 2º - O mandato do Conselho Diretor será de 2 (dois) anos, improrrogáveis, permitida uma única recondução.

Art. 4º - Ao Conselho Diretor do Fundo Estadual de Turismo compete:

I - Estabelecer prioridades a serem atendidas pelos recursos captados pelo Fundo Estadual de Turismo;

II - Demonstrar à Assembléia Legislativa, através de balancetes trimestrais, os recursos captados e o valor gasto pelo Fundo Estadual de Turismo;

III - Analisar e aprovar os balancetes e demais demonstrativos financeiros referentes à movimentação dos recursos do Fundo Municipal de Trânsito;

Art. 5º - O Conselho Diretor do Fundo Estadual de Turismo compromete-se-á em divulgar amplamente os trabalhos realizados, assim como assegurar a participação popular nos seus feitos.

Art. 6º - Os membros do Conselho Diretor não exercerão atividades remuneradas, sendo considerado.

Art. 7º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 04.08.2003.

(aa) BARBOSA NETO
RATINHO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

O turismo é a indústria do terceiro milênio e o Estado do Paraná pode e deve desenvolver de forma racional e objetiva todo o seu potencial na área. A criação do Fundo Estadual de Turismo, a partir da contribuição de uma pequena parcela da receita do pedágio, recursos estes que poderão ser complementados com outros do orçamento do Estado e de contrapartida dos municípios, na implantação de projetos específicos e campanhas de educação e estímulo ao turismo, além de ser uma forma justa de se devolver em benefícios aquilo que se arrecada.

Será também uma grande alavanca na geração de empregos, numa atividade não poluente e de alto valor agregado.

PROJETO DE LEI Nº 405/2003
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Torna obrigatório que hotéis, pensões, pousadas e albergues mantenham ficha de identificação de crianças que se hospedem nos estabelecimentos.

§ 1º - Para efeito desta lei, considera-se crianças a pessoa até 12 anos de idade incompletos.

§ 2º - Não supre a obrigatoriedade de identificação da criança o fato de estar a mesma acompanhada dos pais ou de representantes legais.

Art. 2º - A ficha de identificação, a ser preenchida com base em documento oficial da criança e da pessoa responsável que com esta estiver, deverá conter:

I - o nome completo da criança;

II - o nome completo dos pais;

III - o nome completo da pessoa que estiver acompanhando a criança, não sendo os pais;

IV - a naturalidade da criança;

V - a data de nascimento da criança;

VI - data da entrada e saída do estabelecimento.

§ 1º - Se a criança possuir carteira de identidade, deverá ser anexada uma fotocópia da mesma à ficha de identificação da criança.

§ 2º - Se a criança não possuir documento que a identifique, tal fato deverá ser anotado na ficha de identificação, sendo obrigatório, neste caso, a anexação de fotocópia da carteira de identidade dos pais ou acompanhantes à ficha de identificação.

Art. 3º - A ficha de identificação de que trata esta lei poderá ser criada mediante a utilização de recursos de informática, desde que atendidos o artigo 2º e os parágrafos 1º e 2º.

Art. 4º - A ficha de identificação, ou os dados da ficha informatizada deverão ficar armazenados em poder dos estabelecimentos por prazo não inferior a 10 anos.

Art. 5º - A ficha de identificação e os dados constantes na mesma serão fornecidos somente mediante solicitação da autoridade policial ou dos órgãos da Segurança Pública, não sendo necessária a indicação dos motivos da solicitação.

Parágrafo Único - Solicitados os dados pela autoridade policial ou pelos órgãos da Segurança Pública, serão os mesmos fornecidos diretamente a esta, ou quando haja urgência serão, incontinentemente, transmitidos via fax ou por e-mail.

Art. 6º - Os estabelecimentos de que trata esta lei deverão manter em lugar visível, cartaz comunicando a obrigatoriedade do preenchimento da ficha de identificação da criança de até 12 anos e o número da presente lei.

Art. 7º - Os estabelecimentos deverão adequar-se à presente lei no prazo de 60 dias a contar da data de sua publicação.

Art. 8º - Verificado o não cumprimento desta lei aplicar-se-ão as seguintes penalidades:

I - Notificação por escrito;

II - Multa de R\$500,00 (quinhentos reais), reajustados com base no índice de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA.

§ 1º - Da data da notificação, os estabelecimentos notificados terão o prazo de 30 dias para a adequação à presente lei.

§ 2º - Decorrido o prazo estabelecido no parágrafo anterior sem que seja observada a presente lei, aplicar-se-á a multa prevista no inciso II, concedendo-se o prazo de 15 dias para que se proceda a devida adequação, ao final do qual, persistindo a violação, será novamente imposta a multa prevista no inciso II.

Art. 9º - O valor arrecadado com a aplicação da multa será integralmente repassado ao Fundo Estadual para a Infância e Adolescência - FIA.

Art. 10 - A fiscalização do cumprimento da presente lei ficará a cargo da Secretaria de Estado responsável pela política de atendimento à criança ao adolescente, na forma da regulamentação expedida pelo Poder Executivo.

Art. 11 - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 90 dias a contar da data de sua publicação.

Art. 12 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 04.08.2003.

(a) ARLETE CARAMÊS

JUSTIFICATIVA:

Apesar de não ser de conhecimento da sociedade, a política especializada que investiga casos de desaparecimento de crianças, ao obter pistas da cidade em que se encontra uma criança que desapareceu, efetua ela uma investigação junto aos hotéis, pensões e albergues, na esperança de saber se determinada criança esteve hospedada em algum estabelecimento desta natureza e com quem estava acompanhada. Mas na maioria dos casos, o trabalho da polícia acaba sendo ineficaz porque estes estabelecimentos não possuem meios de informar se havia alguma criança hospedada, pois estes, via de regra, só identificam aquela pessoa que paga a hospedagem.

Se os hotéis, pensões e albergues possuísem uma ficha cadastral com o nome de todas as crianças e das pessoas que as acompanhavam quando as mesmas se hospedavam nestes estabelecimentos conforme pretende o presente projeto de lei, sem dúvida alguma seria muito mais fácil para a polícia localizar o paradeiro de crianças que desapareceram por qualquer motivo que seja.

Portanto, o objetivo primordial do presente projeto de lei é ajudar e facilitar o trabalho da polícia na busca e localização de crianças desaparecidas, sendo que o mecanismo ora proposto também poderá dificultar que crianças sejam levadas.

Insta salientar que a opção pela idade de 12 anos se dá pelo fato de o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 9069/90) estabelecer como criança a pessoa com idade até 12 anos incompletos. Efetivamente, acima desta idade as crianças estão menos propensas a serem ludibriadas por conversas de estranhos, tendo condições de eventualmente resistirem à investida de terceiros que queiram levá-las.

Além de o projeto ter por objetivo facilitar a investigação policial em um eventual desaparecimento, o mesmo pode ser de grande utilidade para investigações em casos de pedofilia, abuso de menores, exploração sexual de menores e tráfico de crianças.

Como muitos estabelecimentos possuem recursos de informática, o projeto prevê a possibilidade de que os mesmos utilizem destes recursos para o cumprimento desta lei, permitindo, desta forma, que os dados constantes na ficha eletrônica sejam transmitidos também pela Internet.

Diante do exposto, gostaria de contar com o apoio dos nobres pares desta Casa de Leis na aprovação deste relevante projeto para a sociedade paranaense.

PROJETO DE LEI Nº 406/2003
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Clube do Velho Amigo de Foz do Iguaçu, com sede e foro no município de Foz do Iguaçu.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.08.2003.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

O Clube do Velho Amigo de Foz do Iguaçu, com sede e foro na cidade de Foz do Iguaçu, é uma entidade sem fins lucrativos, instituídas com a finalidade de prestar serviços sócio-comunitário, culturais e recreativos, para seus associados, congregando as pessoas idosas da localidade e outras que venham integrar-se, apoiando suas legítimas aspirações e pugnando por seus interesses e direitos, tendo também como objetivo o estímulo ao espírito de sociedade entre seus associados e demais integrantes, inclusive no sentido de prestar assistência à família, proporcionar a prática do desporto em geral, reuniões sociais e dançantes, cursos, palestras, festividades e outras atividades, e representar perante as autoridades administrativas, legislativas e judiciárias os interesses gerais dos associados.

A documentação anexa ao presente demonstra que a instituição preenche os requisitos exigidos pela Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, e demais dispositivos aplicáveis à matéria, merecendo portanto o apoio dos nobres pares desta Casa à sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 407/2003
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a sociedade civil denominada Grupo Renascer, com sede e foro na cidade de Colombo, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.08.2003.

(a) MARCOS ISFER

JUSTIFICATIVA:

A sociedade em questão, que vem atuando no Estado do Paraná, é registrada em cartório competente desde 25 de março de 2002; tem como finalidade principal, defender os direitos fundamentais da criança e do

adolescente, proporcionando, através de projetos sociais e programas de acompanhamento, o desenvolvimento digno de cada cidadão, principalmente no que diz respeito à prevenção e conscientização dos perigos causados pelas doenças sexualmente transmissíveis.

Ainda para complementar devemos citar que esta sociedade não possui fins lucrativos e não remunera de qualquer maneira os membros de sua diretoria, inclusive não repassando aos beneficiados qualquer ônus pecuniário, obedecendo de forma rígida à legislação pertinente, conforme documentação nesta seara acostada.

Neste contexto, tornando-se de Utilidade Pública, esta sociedade poderá, através de programas e atividades de apoio, prestar desmensurado benefício à coletividade como um todo.

PROJETO DE LEI Nº 408/2003
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o Cruzeiro Esporte Clube Beneficente, com sede e foro na cidade de Palmas, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.08.2003.

(a) MARCOS ISFER

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei ora apresentado, deve-se ao trabalho desenvolvido pelo Cruzeiro Atlético Clube desde a sua fundação até os dias atuais, o qual mesmo informalmente, atende várias crianças e jovens através de suas atividades esportivas, despertando nestes jovens o gosto pelo esporte, não deixando que estes se envolvam em atos contrários à dignidade e à moral das pessoas.

Portanto, transformando-o em utilidade pública, este clube terá condições de manter seus associados e praticamente do esporte de melhor forma, proporcionando atendimento mais abrangente às crianças e jovens de Palmas.

Projeto de Lei Complementar:

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 404/2003
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - A propositura de ação regressiva, prevista no parágrafo 6º do artigo 27 da Constituição Estadual, contra os agentes públicos que, nesta qualidade, por dolo ou culpa, deram causa à condenação da Administração Pública, Direta ou Indireta deverá ser promovida pela Procuradoria Geral do Estado, no prazo de 30 (trinta) dias contados do trânsito em julgado da decisão condena-

tória ao pagamento dos danos decorrentes do ato administrativo comissivo ou omissivo.

Parágrafo Único - Na própria petição inicial deverá constar pedido liminar para a declaração judicial de indisponibilidade dos bens dos agentes públicos responsáveis.

Art. 2º - A não propositura da ação regressiva no prazo previsto no artigo 1º desta lei, importará na aplicação de multa diária, correspondente a 1/30 (um, trinta avos) do montante da remuneração mensal dos servidores públicos responsáveis pela propositura da ação ou pela determinação da sua propositura.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 04.08.2003.

(a) DURVAL AMARAL

Apoiamento:

Reni Pereira, Plauto Miró Guimarães, Elio Rusch, Luiz Carlos Martins, Barbosa Neto, Ademar Traiano e Luiz Fernandes da Silva Litro.

JUSTIFICATIVA:

Nossa Constituição Estadual, repetindo *ipsis literis*, como não poderia deixar de ser, a letra da Carta Magna Nacional, dispõe:

“Da Administração Pública

Capítulo I

Disposições Gerais

Art. 27 - A administração pública direta e indireta e fundacional, de qualquer dos Poderes do Estado e dos Municípios obedecerá os princípios da legalidade, impessoabilidade, moralidade, publicidade, razoabilidade, eficiência, motivação e, também ao seguinte:

Inciso I - ...

§ 6º - As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos, responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

...”

A determinação contida no dispositivo constitucional transcrito, é a consagração, no Direito brasileiro da responsabilidade civil, objetivo da Administração, e se traduz, segundo bem ensina Hely Lopes Meireles, na obrigação de reparar o dano e se exaure com a indenização.

Mas não é só, o legislador constituinte, neste mesmo dispositivo, tratou de prever o fim de impunidade administrativa, assinalando aos administradores a necessidade de administrar com responsabilidade, sem perder de vista as possíveis consequências danosas dos seus atos para o Tesouro estadual.

O legislador constituinte fez a sua parte. Compete a nós, legisladores estaduais, neste momento pôr fim ao famigerado e imoral dizer popular “...é por conta da viúva”. Compete a nós restaurar e assegurar a responsabi-

lidade e a moralidade na prática administrativa, regulamentando, não sem tempo, o mandamento constitucional.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Pequeno Expediente concedo a palavra a primeira oradora inscrita, senhora Luciana Rafagnin.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Senhor presidente, senhores deputados, senhoras deputadas. Estamos reiniciando mais um período legislativo e espero que realmente seja um período bem produtivo para todos nós, deputados e deputadas, e consigamos corresponder a confiança e a esperança que o povo paranaense tem depositado em nossas pessoas.

Senhor presidente, tivemos no dia 13 de julho, uma reunião da Bancada do PT e aproveitei este espaço para comunicar à Mesa e também a todos os senhores que, obedecendo uma discussão que o PT já tem de alternância de lideranças, tivemos então, a escolha do deputado Padre Paulo como novo líder da Bancada do PT. Tive oportunidade de ser líder da Bancada do PT no ano passado - onde éramos em quatro deputados -, foi uma experiência muito boa, muito importante e mais importante ainda, neste ano, nos primeiros seis meses, onde fomos líder de uma Bancada de nove deputados. Com certeza uma experiência a mais que adquirimos em nossa trajetória de vida e trajetória política. Desejo ao Padre Paulo muito sucesso nesses seis meses, como líder da bancada do PT. E esperamos estar trabalhando como grupo, como sempre trabalhamos. É o que toda a Bancada com certeza espera e todos os deputados lhe desejam muito sucesso.

Não poderia deixar de registrar aqui e prestar a nossa solidariedade à família e também ao PT do Piauí, pela perda de uma grande pessoa, de uma grande estrela, de uma grande deputada que nós, infelizmente, que o Brasil infelizmente perdeu nesse mês de julho, a nossa deputada Francisca Trindade. Francisca sempre foi uma grande líder, que trabalhou muito na organização dos jovens, trabalhou muito e buscou muito a justiça social. Francisca disputou as eleições em 92 como vereadora no Piauí e ficou como primeira suplente, recebendo quase mil votos. Disputou a Câmara de Vereadores de Teresina. No ano de 96 foi eleita vereadora, sendo das mulheres, a mais votada. Recebendo quase cinco mil votos. Depois, em 98, disputou como deputada estadual e foi a deputada mais votada em Teresina e a quinta colocada no Estado do Piauí. E no ano de 2000, Francisca Trindade disputou as eleições municipais como candidata a vice-prefeita, fazendo com que o Partido obtivesse um bom número de votos. E agora, em 2002, disputou as eleições como candidata a deputada federal e recebeu mais de 165 mil votos, a deputada mais votada na história do Piauí.

Infelizmente, no mês de julho, Francisca teve um aneurisma cerebral e veio a falecer. Com isso nosso Partido perdeu muito, a sociedade perdeu muito, pois essa grande batalhadora: mãe, esposa, amiga, uma mulher que, realmente, devemos reconhecer sempre o seu traba-

lho, a sua luta em prol de uma sociedade mais humana, em prol de uma política com ética, com seriedade, essa mulher sempre defendeu isso e foi muito bem reconhecida pelo povo do Piauí no ano passado. Apaga-se uma estrela aqui na nossa terra. Mas com certeza, essa estrela brilha muito mais lá no céu, nos ajudando e clamando por justiça social.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Concedo a palavra à senhora deputada Elza Correia.

A SRA. ELZA CORREIA

Senhor presidente, senhores deputados, senhoras deputadas.

De volta à nossa trincheira mais importante de luta - porque temos várias, não só o Parlamento, mas os movimentos organizados, a sociedade civil, a população do Estado. Mas é aqui dessa Casa que saem os projetos, as ações, os requerimentos, os debates, as discussões, a busca de soluções para os vários e graves problemas que o nosso Estado está enfrentando.

Então, retomamos o nosso trabalho. Sinto-me bastante disposta, acho que esse recesso serve para nos energizar novamente, carregarmos a nossa bateria. Evidentemente não foram férias, tenho certeza absoluta que todos trabalhamos muito nas nossas regiões, nas nossas bases e chego aqui trazendo um ânimo muito reavivado para esse novo período, esse novo momento, mais seis meses até o final do ano, mas também volto com muitas preocupações. Acho que estamos vivendo um momento de grande gravidade no Estado. Vários problemas, várias demandas reprimidas, mas duas fundamentalmente me preocupam: a questão da violência - viajei por várias cidades, estive em cidades maiores, em cidades muito pequenas e a violência - tomou conta em todos os setores. E essa violência, é consequência de um estado de coisas, relativo à corrupção, aos desmandos, relativos à ausência de políticas públicas, de investimentos nas várias áreas da educação e da saúde, que ao longo do tempo aconteceu no nosso Estado.

Preocupa-me muito a questão da violência, e aqui nessa Casa, tivemos recentemente duas atitudes em relação a companheiros nossos, uma com o companheiro Barbosa Neto, que foi vítima de uma violência descabível, inaceitável e também o companheiro Moraes que não se encontra aqui. Temo que se isso virar moda, todos corremos graves riscos, porque evidentemente que somos também cidadãos como qualquer outro, mas em defesa de princípios, em defesa de algumas teses, acabamos nos expondo mais perante a opinião pública e é preciso que comecemos a prestar atenção nisso.

Outra questão é a questão da saúde. Tenho uma preocupação muito grande, porque estamos vivendo quase que uma calamidade no Estado do Paraná. Sabemos dos esforços do nosso secretário da Saúde, Dr. Cláudio

Xavier; do governador; dos setores que trabalham com a questão da saúde; mas nunca perdemos tantos cidadãos e cidadãs, nunca tanta gente morreu nesse Estado por falta de leitos, por falta de atendimento. Hoje está havendo no Estado do Paraná, quase que uma seleção de quem deve morrer, de quem deve sobreviver. É uma coisa lamentável, que temos que interferir de uma forma decidida, de forma contundente aqui, através das nossas ações.

Então companheiros, queria dizer que também me integro nesse nosso grupo de deputados e deputadas, com muita disposição. Acho que acima das nossas divergências e diferenças políticas, temos uma grande tarefa com o Estado do Paraná.

Então continuo com a nossa disposição, com a nossa proposta filosófica e política do ponto de vista de aqui nos unirmos, todos nós, sem exceção, para que possamos construir um Estado melhor para todos nós.

Era isto, senhor presidente, companheiras e companheiros.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Tadeu Veneri.

O SR. TADEU VENERI

Senhor presidente, senhores deputados. Embora hoje acreditamos que ainda nos primeiros dias teremos uma série de debates para fazer e para podermos encaminhar, pessoalmente discuti com nossa Bancada nos últimos dias algumas notícias que tivemos durante o recesso e particularmente uma iniciativa eu gostaria de tomar já, antecipadamente, um princípio, não um debate, mas um princípio de debate. Porque é sabido por esta Casa que há, hoje, da parte do deputado Plauto, a iniciativa de se ter a CPI da questão agrária, esta informação - que eu não sei se procede, mas foi a informação que obtivemos através dos jornais, seria a CPI do MST ou a CPI dos Sem-Terra.

Preocupa-me-senhores deputados, que tenhamos uma CPI focada no movimento social. Preocupa-me também, porque algumas informações que tenho tido dão conta de uma realidade que talvez esta Casa tenha conhecimento ou talvez não, mas acredito que será necessário que tenhamos esclarecido o mais rápido possível. Até agosto deste ano, tivemos 266 assentamentos feitos no Estado do Paraná, com 15.324 famílias, durante todo o período da história do Paraná. Entretanto, continuamos tendo 93 acampamentos, com cerca de 15.400 famílias aguardando um pedaço de terra.

No governo Lerner, não houve vistoria, nos dois últimos anos, de área. Nenhuma. Houve sim, compra de áreas; quatro áreas que foram compradas e assentadas duzentas famílias. Estes dados são do Incra. A repressão foi a marca deste período. E por isto mesmo, nós tivemos um período em que todas as vezes em que as ocupações ocorriam - e as senhoras e os senhores estão lembrados -

tinham tratamento que tiveram. Quando o confronto ocorreu na BR-277, tivemos a morte do trabalhador sem-terra, rural, Antônio Tavares. Neste mesmo período, em 1999, quase cinco anos atrás, foi o período em que houve a ocupação da Fazenda Araupel. Portanto, surpreende-me que uma das justificativas seja justamente a Araupel, coisa que o governador Roberto Requião, reiteradas vezes já buscou tratar de forma não apenas pacífica, mas racional. Uma área de dez mil alqueires, que hoje está em disputa e serviria para duas mil famílias.

O orçamento deixado pelo Fernando Henrique Cardoso para 2003, para que se faça a reforma agrária no País é de um bilhão e 400 milhões de reais. Destes, 27 milhões são destinados ao Paraná, um Estado eminentemente agrícola.

Só para que tenhamos uma idéia, seriam necessários hoje, 12 milhões de reais apenas para vistorias. Vistorias estas que nos últimos oito anos foram apenas vinte. Um absurdo, levando-se em conta a dimensão do Estado, a dimensão do problema agrário e as condições em que nos encontramos, tanto o governo federal como governo do Estado, a situação em que encontramos a questão fundiária no Estado.

Mais ainda: surpreendeu-me, porque fui buscar saber, qual o critério para que tenhamos uma área considerada produtiva? O critério - aqueles que são da área agrícola sabem quanto se produz num hectare de terra de milho ou de soja, uma produção como a feita em Ponta Grossa, de mais de 200 sacas de milho, não é levado em conta para a reforma agrária. Porque a reforma agrária, para que uma terra se torne produtiva basta que ela produza 70 sacas de milho, ou que ela tenha uma unidade animal por hectare.

Vejam os senhores que absurdo, se tivermos uma área de 100 mil hectares com 100 mil cabeças de gado ou a metade disso, um pouco mais de eqüinos, essa área é considerada produtiva. Não queremos que seja feita uma CPI com esse ponto de vista, com esse debate, por que esse é um debate que no meu entendimento, no entendimento da Bancada, com a qual fizemos na quinta-feira, um debate a respeito desse problema, entendemos que é preciso que se amplie o debate sobre a questão agrária, enfocando inclusive a questão dos juros subsidiados que precisamos para a agricultura, o escoamento de safra que sabemos que hoje é um problema, a questão de infraestrutura, desde silos, armazenagens até o Porto de Paranaguá. A questão do pedágio que incide fortemente na nossa agricultura.

Dos sindicatos, tanto do Sinapro, Sineag que a deputada Luciana Rafagnin já se manifestou aqui, de alguns produtores perdendo terra porque não podem pagar a sua parcela devida para o sindicato por que são processados judicialmente. A questão da agricultura familiar, dos pequenos produtores, dos grandes produtores, mas principalmente os três pilares que sustentam a propriedade agrícola, para que ela se torne definitivamente para o uso social da terra possam ser enquadrados,

que são a questão ambiental, a produtividade e a questão do trabalho. Hoje, nós só estamos olhando o lado da produtividade, não é levado em conta a questão ambiental, a questão do trabalho.

Por isso entendemos que, se for para termos uma CPI para discutir a questão agrária e inclusive a questão do latifúndio, as grandes concentrações agrárias nesse país e nesse Estado especificamente, como elas foram constituídas ao longo dos 50 últimos anos; como foi feita a colonização no Norte e Nordeste do nosso Estado; como hoje os pequenos produtores estão sendo literalmente expulsos da sua terra, vindo engrossar as favelas dos grandes centros, das cidades pólos Cascavel, Londrina, Maringá e Curitiba, isso é uma realidade diária. Essa sim é uma CPI que pode ter o interesse da sociedade. Caso contrário, senhor presidente, entendemos - e esse foi o debate que nós fizemos na quinta-feira, que poderemos ter uma CPI profundamente ideológica e que não trará os resultados esperados, pelo contrário, acirrará os ânimos, não terá a tão esperada paz no campo, como é o objetivo de todos os deputados aqui. E certamente, não contribuirá para que tenhamos uma solução para os problemas graves que faz todos os dias com que tenhamos cada vez mais uma disputa: de um lado dos sem-terra e do outro lado, muitas vezes, os proprietários de terra, vendo a sua propriedade tomada, se armando, o que é contrário a Constituição, quando é feito de forma não regular e levando o campo a uma situação que ninguém aqui almeja e nem nós tão pouco queremos.

Por isso, entendemos que só assinaremos uma CPI se ela tiver, no seu escopo, a amplitude que a sociedade paranaense deseja e quer, caso contrário já, de antemão, colocamos, não há porque se gastar tempo e dinheiro público, se buscar fazer de uma CPI apenas um instrumento político para que ela venha a criminalizar o movimento que é legítimo, que é legal e que tem o nosso apoio.

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Pequeno Expediente, deputado Ratinho Júnior.

O SR. RATINHO JÚNIOR

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, boa tarde.

Volto muito feliz porque estou agora dentro do Partido Popular Socialista o novo Partido em que espero trabalhar e desempenhar um bom trabalho.

Agradeço ao PSB, o Partido que me ajudou nas eleições de 2002, e tenho certeza, que também ajudei bastante.

Mas, pensando numa caminhada para o futuro, resolvemos ingressar do PPS para ajudar. E que essa sigla cresça no Estado do Paraná, e também a nível de Brasil. E agradecer aos deputados do partido, dois deputados e a deputada Arlete Caramês pela receptividade que me deram ao entrar no partido.

Muito obrigado.

Voltamos, ficamos um mês de recesso, mas a criminalidade não parou. Li uma piada num jornal uns dias atrás dizendo que no mês de junho, comparado com o mês de junho do ano passado, a violência diminuiu 86%. Só pode ter sido uma piada desse jornal. Porque hoje em Curitiba a cada sete horas morre uma pessoa com arma de fogo. Semana passada morreram duas pessoas, inclusive uma criança de 4 anos que estava fazendo a sua festinha de aniversário, por causa de bala perdida. Já se perdeu o controle da violência pública. É deputado quase sendo assassinado, é o pobre sendo assassinado, é o rico, o empresário, todo mundo sofrendo. E não vemos nenhuma medida para tomar conta.

O narcotráfico é uma coisa que o governo federal tem que cuidar, porque ele tem que cuidar das nossas fronteiras. É crime internacional. Agora, essa violência do dia-a-dia é o desarmamento.

Acho bonito o Congresso Nacional fazer a campanha do desarmamento para armas que são vendidas legalmente. E as armas ilegais? Ninguém faz campanha? Será que ninguém tem noção que 85% dos crimes cometidos nesse país são de armas ilegais?

Falta incentivo.

O governo estadual está tentando e espero que tenha mais vontade para fazer. Não tenho dúvida que o governo Roberto Requião quer acabar e diminuir a violência.

Espero que a burocracia não seja mais importante que as pessoas e a vida das pessoas. A nossa demora, a demora dos governantes para tomar alguma atitude... a cada sete horas morre uma pessoa.

Espero que os governantes tomem uma iniciativa. O que não dá mais é o deputado jogando para o deputado federal, depois jogar para prefeito, vereador, temos que nos unir e tomar uma precaução.

Espero que esta Casa, o mais urgente possível, aprove um projeto de desarmamento decente. Que o governador Roberto Requião coloque em pauta e acabe com essa violência. Porque não dá mais para ver pessoas em casa tranquilas, só que morrendo por causa da violência.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Não havendo oradores no Grande Expediente.

Passamos ao Horário das Lideranças. Consulto as lideranças do PL, PSL, PSB.

(Declinam)

No Horário das Lideranças do PPS, com a palavra o deputado Waldir Leite.

O SR. WALDIR LEITE

Senhor presidente, senhores deputados.

Gostaria de mencionar aqui no plenário, o documento oficial em relação a análise da direção regional do PPS dos primeiros seis meses de governo. Documento

este que já foi divulgado pela imprensa, mas fazemos questão que fique registrado nos Anais desta Casa.

(Lê):

“O PPS e o Governo Requião

1. O rompimento dos contratos

A eleição do governador Roberto Requião expressou um desejo inequívoco do eleitorado paranaense de mudar o modelo de gestão adotado por seu antecessor. Jaime Lerner, no curso de seus dois mandatos à frente do Palácio Iguaçu (1995-2002). Por um conjunto de razões significativas, e bem conhecidas, o eleitor manifestou o anseio pela mudança, de tal forma que o candidato de feição mais oficial sequer chegou no segundo turno na eleição do ano passado.

Mas, diferentemente da vitória de Lula na eleição presidencial, o retorno de Requião não teve o significado de uma ruptura política. Se a chegada de Lula ao Planalto representou um divisor histórico, porquanto eleito por um Partido, o PT - ainda que apoiado por outras forças de esquerda, como o próprio PPS -, que até então encarnava os sentimentos e as esperanças mudancistas de grande parcela do povo brasileiro, a volta de Requião não teve o mesmo significado, pois o atual governador já havia ocupado o cargo em período relativamente recente, e isso, é bom que se diga, não esmaece os méritos de sua vitória, nem diminui as expectativas geradas por sua eleição.

Ainda que as características de um governo estadual sejam bastante distintas daquelas do governo federal, de vez que o primeiro tem infinitas limitações de ordem econômica, financeira e política no campo de suas atribuições e responsabilidades quando comparado ao segundo, ao qual também cabe a definição da política econômica, acreditamos que o cotejo expresso acima é válido como marco preliminar de avaliação dos primeiros seis meses do governo Requião.

Essa premissa se singulariza na medida em que Requião, ao contrário de Lula, buscou dar um sentido de ruptura a seu governo. E a ruptura se fixou de forma mais contundente no rompimento de contratos celebrados no governo anterior. Requião denunciou vários desses acordos, notoriamente prejudiciais ao Estado, sobretudo no setor de Informática. Também foi bastante positiva a suspensão do contrato firmado entre a Copel e a UEG, em Araucária.

Está claro que o cancelamento desses contratos trouxe economia para o erário.

Requião dispõe de outros instrumentos para se distinguir do antecessor: um deles é reduzir o tamanho da burocracia estatal, excessivamente inchada no período anterior com milhares de nomeações. Essa proposta foi defendida inequivocadamente pelo PPS, através de seu candidato Rubens Bueno, no plano de governo exposto na campanha.

Não se trata aqui, filosoficamente, de defender o encolhimento do Estado. O PPS não defende o Estado mínimo, proposto pela vaga neoliberal; preconiza, isso sim, o Estado ideal, indutor de políticas de desenvolvi-

mento e garantidor das políticas sociais, bem como gerenciador da infra-estrutura necessária ao crescimento econômico.

O PPS acredita que Requião tem todas as condições políticas, em seu governo, para diminuir o tamanho da máquina administrativa que herdou, com tudo o que ela tem de ineficiência, pela quantidade exagerada de secretarias, órgãos e departamentos cujas funções se confundem em ações paralelas e desorganizadas, e com todo o seu corolário de gastos para o tesouro. A aniquilação desta superestrutura burocrática vai acarretar economia de recursos a serem aplicados em setores essenciais, como saúde, educação, moradia popular etc. O quanto antes ela for adotada, melhor para o êxito do governo.

2. Êxito fiscal e políticas compensatórias

Reduzir o tamanho da máquina estatal se torna tão mais imperativo em face da colossal dívida legada pelo governo passado. Mantido historicamente em níveis aceitáveis pela prudência dos governantes, o endividamento do Paraná explodiu nos últimos oito anos. E a privatização do Banco do Estado, por paradoxal que pareça, contribuiu extraordinariamente para elevar os valores da dívida, comprometendo parte dos recursos arrecadados, pois uma parcela considerável das receitas é automaticamente transferida para o Banco Central para pagar o rombo do Banestado.

Nesse sentido, é relevante anotar que o secretário da Fazenda imprimiu uma política de austeridade de gastos, à qual se soma como fator positivo o aumento da arrecadação do Estado, da ordem de 34%, nos primeiros quatro meses do ano quando comparados ao mesmo período de 2002.

Sucesso na política fiscal, porém, não é sinônimo de êxito político-administrativo. Lerner também pôde alardear sucessivos aumentos dos índices de arrecadação, que nem sempre se traduziram em melhoria ou ampliação dos serviços oferecidos à parcela da população que mais precisa do poder público.

Seis meses configuram um período curto para avaliação global. Há, no PPS, uma expectativa otimista de que a elevação da arrecadação terá desdobramentos efetivos na consecução de políticas públicas.

Na área social, o governo dá forte ênfase ao programa de distribuição de leite a famílias carentes. O leite já chegou a alguns municípios e, segundo o Palácio Iguaçu, será distribuído em todos os bolsões de miséria do Estado.

O programa do PPS não contempla as políticas compensatórias, procedimento que, em muitos casos, gera novas mazelas sociais relacionadas ao pior tipo de conduta assistencialista. Mas admite sua adoção em situação de emergência, desde que acompanhadas de políticas sociais integradas, envolvendo ações em saúde, educação, saneamento e habitação, a par da geração de emprego. Isolado desse conjunto de iniciativas, o assistencialismo paternista configura atraso. Há razões para

crer que o governo estenderá suas ações para além das fronteiras das políticas compensatórias.

3. Pedágio e MST

A atitude do governo Requião diante de algumas questões tem provocado indissfarçável inquietação. Mais especificamente em relação ao pedágio e ao MST. Aparentemente, a cobrança do pedágio nas estradas concessionadas à iniciativa privada e as legítimas reivindicações do Movimento de Trabalhadores Rurais Sem-Terra não estão organicamente vinculadas.

Mas no Paraná essas duas questões se entrelaçaram, ainda que de forma enfiada, por causa da intempestiva invasão das praças de pedágio, sob o olhar compassivo da autoridade pública. Que outra palavra poderia designar o comportamento do governo em face da ocupação das estações de pedágio, senão a omissão?

O curso sinuoso das decisões do governo em questão de poucas horas, ora anunciando a intervenção no pedágio - no que surpreendeu até seu secretário de Transportes - ora afirmando o retorno à resolução original de encampação do sistema, gerou perplexidade até na Bancada do PMDB, Partido do governador.

O PPS defende claramente, desde a campanha, a redução das tarifas do pedágio, sobretudo para o setor produtivo, e propõe a negociação como o atalho mais curto para uma solução satisfatória para todos os lados envolvidos. Mais: sugere programaticamente a criação de uma agência reguladora que fiscalize o trabalho das concessionárias e a qualidade dos serviços prestados aos usuários. A proposta está contemplada em lei.

O PPS acredita numa solução pela via da negociação e, especialmente, pela transparência do serviço, o que só pode ser assegurado pelo rigor fiscalizador de uma agência reguladora, de vez que a dita comissão que representaria os usuários simplesmente não existe de fato.

Logo depois da invasão dos pedágios houve um recrudescimento das ações do MST, e isso não foi privilégio do Paraná, pois vários outros Estados amargaram um surto de ocupações de áreas, produtivas ou não. É compreensiva a cautela com que o governo Requião vem encarando o problema. Trata-se de questão explosiva, um passo em falso pode trazer consequências drásticas.

É importante, porém, que a prudência no trato do problema da terra não seja confundida com complacência. A luta do MST perde legitimidade na medida em que pressiona por soluções de força. Fora da lei não há muito futuro para a causa do socialismo e do avanço das forças democráticas, populares e progressistas.

Uma última observação, de extrema importância: se defende o diálogo e se coloca contra a violência, o PPS não vai endossar o discurso conservador que sataniza o MST e, mais grave, aceita passivamente o armamento de produtores rurais: essa retórica de direita já foi assimilada até por deputados de outros Partidos de esquerda, mas em hipótese alguma será encampada pelo PPS.

4. Os compromissos com o PPS

Não seria coerente, da parte do PPS, cobrar os compromissos políticos que Requião assumiu com o Partido depois de pouco mais de seis meses de administração. Muitas políticas públicas demandam mais tempo para sua adoção.

De toda forma, é pertinente lembrar que uma das primeiras medidas do governo - a isenção de ICMS para pequenas e microempresas - se enquadra num dos pontos delineados pelo Partido no momento em que definiu apoio a Requião no segundo turno.

Outro item relevante, o restabelecimento da Lei Rubens Bueno (eleição direta para diretores das escolas da rede pública), está em discussão entre o governo e a APP-Sindicato e sua definição depende da fixação dos critérios sobre que escolas elegerão seus diretores.

O saneamento das finanças públicas, ao que me parece, é um dos objetivos preponderantes do secretário da Fazenda. A ele, como se registrou acima, falta agregar o saneamento administrativo do Estado.

Resta saber, mais claramente, como o governo lidará com as políticas de educação, saúde e nutrição para crianças de zero a seis anos - outro item das propostas colocadas pelo PPS quando estabeleceu apoio a Requião.

Documento recentemente divulgado pela imprensa - e assinado pelo próprio governador - indica uma série de medidas que o governo está adotando em relação ao funcionalismo público, severamente castigado pelas restrições impostas no período anterior. Que ninguém caia no irrealismo de exigir reposições de perdas salariais imediatas, tendo em vista as limitações orçamentárias herdadas e, para além disso, as justas amarras da Lei de Responsabilidade Fiscal. As reivindicações do setor estão represadas há oito anos e seu atendimento está subordinado a uma série de fatores, como os dois citados.

Por fim, um alerta quanto à questão da segurança. Ao assumir pessoalmente a Secretaria da Segurança, no início da gestão, Requião sinalizou prioridade absoluta de sua administração para o setor. Não seria razoável esperar que, em alguns poucos meses, houvesse redução significativa das estatísticas que, lamentavelmente, ilustram o noticiário todos os dias.

O que preocupa, porém, é que o cidadão comum, aquele que mais está exposto à criminalidade nas ruas, não percebe uma política consistente e global de combate à violência. É louvável e digno de registro o esforço do governo no sentido de aniquilar a chamada banda podre da polícia, adotando controles severos que tendem a reduzir a incidência de banditismo nos quadros policiais. Fora disso, no entanto, não se vê um conjunto coerente e integrado de providências que venha a combater implacavelmente a criminalidade.

5. Conclusões

Ao fazer um balanço crítico dos primeiros meses de governo, o PPS não tem o propósito de cobrar ações ou simplesmente apontar problemas, em face do exíguo período decorrido desde a posse de Requião. Como aliado, o Partido tem o objetivo de levantar questões que

julga relevantes para o futuro do governo, de forma positiva.

O PPS acredita nos propósitos do governo Requião, do qual participa. Mas como bom aliado não fecha os olhos aos eventuais equívocos do parceiro. Alerta para o problema, defende correções de rumos e busca soluções em conjunto. Não tem sido diferente na Assembléia Legislativa, onde a Bancada do PPS busca formas de agir em sinergia com o governo.

Curitiba, julho de 2003

Partido Popular Socialista
Diretório Estadual do Paraná"

Seria este o relatório da nossa Direção Regional.

Por último, queria parabenizar e dar as boas-vindas ao deputado Ratinho Júnior, pela sua entrada no nosso Partido, e desejar que, junto com os nossos outros companheiros, consigamos ajudar bastante o governo Requião a fazer um bom governo a todos os paranaenses. E por último, queremos deixar registrado que a Bancada do PPS, nos primeiros seis meses, foi bastante companheira com o governo Requião, mas a partir de agora queremos mais discussões nos projetos de grande interesse para a população do Paraná.

Muito obrigado pela benevolência do tempo, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Ainda no Horário das Lideranças, deputado Edson Praczyk.

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK

Senhor presidente, senhoras deputadas, senhores deputados, senhoras e senhores.

Venho a esta tribuna para compartilhar duas grandes alegrias na minha vida pública: a primeira é sobre uma decisão da Agência Nacional de Saúde, nesta última segunda-feira, que extinguiu em todo o País a exigência do cheque caução nos estabelecimentos hospitalares. Esta idéia teve origem na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, mais procedimentos através deste parlamentar que vos fala, porque propusemos isso em 2002 e fez do Estado do Paraná o Estado que saiu na vanguarda dessa idéia, defendendo que fosse proibida a exigência da cobrança do cheque caução ou de um depósito prévio nos hospitais, quer da rede pública ou privada. E, para nossa satisfação, agora a Agência Nacional de Saúde determinou que ficasse proibido em todo o território nacional essa prática.

Portanto, ficamos muito felizes, porque é mais uma vez o Paraná saindo na frente e tornando-se referencial para ser seguido por todo o país.

Uma outra proposição também de nossa autoria e, pelo menos no território paranaense, tornou-se recentemente lei sancionada pelo nosso governador Roberto Requião, que é a utilização do software livre. O Estado do Paraná também saiu na vanguarda, sendo o primeiro

Estado, antes mesmo do Mato Grosso do Sul, a tornar o uso do software livre obrigatório nas repartições públicas. E isso também muito nos enaltece, deixa-nos felizes, outros Estados estão seguindo, copiando o exemplo: São Paulo, Bahia, Minas Gerais, tentando também transformar em lei esta proposta.

Então, tenho duplo motivo para estar contente, feliz, porque o Estado do Paraná, através da nossa pessoa - por que não dizer o PL - sendo representado pelo nosso trabalho, está de fato, de verdade, somando idéias. Idéias que cooperam para o progresso do nosso país, para o progresso do nosso Estado.

Ainda falando sobre o cheque caução, temos um outro projeto que foi transformado em lei - e aproveito o ensejo para cobrar do secretário da Saúde do nosso Estado, Dr. Cláudio Xavier que ainda não tive o prazer de conversar pessoalmente - que tornava obrigatória a fixação de cartazes falando sobre a proibição do cheque caução. Porque, infelizmente muitas são as pessoas que no estado de dor, sofrimento, agonia, risco de vida, vão para o hospital e, fragilizados pela situação, acabam sendo vulneráveis ao assédio da administração hospitalar. E ainda assim, mesmo sendo lei, lei estadual e agora nacional, ainda cobravam, exigiam o cheque depósito, o cheque caução.

Então, pensando nisso, para que se esclarecesse à população, principalmente aos menos favorecidos da sociedade, para que eles tomassem conhecimento ou tomassem consciência do direito que lhes assiste, para que não fossem mais obrigados a deixar esse tipo de depósito.

Então, reparto essa alegria com os meus companheiros, com esta Casa de Leis e me coloco à disposição para caso queiram maiores informações, principalmente com relação ao software.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Ainda no Horário das Lideranças: PTB; PP.

(Declinam)

PFL. Com a palavra o deputado Plauto Miró Guimarães.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Venho a esta tribuna no dia de hoje para, aqui, deixar claro um projeto de lei que estamos encaminhando na Assembléia Legislativa. E esperamos que no seu trâmite pelas Comissões desta Casa, ele venha receber os pareceres favoráveis para que o mais rápido possível possamos estar votando este projeto que, na minha ótica, é de grande importância para os proprietários, não só urbanos, como também proprietários rurais.

O projeto é o seguinte: o governo do Estado do Paraná fica co-responsável pelo não cumprimento das reintegrações de posse de imóveis urbanos e também imóveis rurais. Quando temos uma determinação judicial

de reintegração de posse e dentro de um determinado prazo que o projeto de lei aqui dá, após esse prazo vencido, o governo tem a responsabilidade de indenizar os trabalhadores rurais que trabalham na propriedade rural; tem a obrigação de indenizar o município que perde arrecadação no momento em que uma área rural é invadida e ao proprietário rural pelos lucros cessantes.

O valor dessa multa, senhor presidente, senhores deputados, é de 1% do valor do imóvel, por dia, onde teremos o valor do imóvel apontado no ITR, que é o Imposto Territorial Rural e quando o imóvel for urbano, apontado pelo IPTU. Tudo isso será acompanhado por uma Comissão Mista, que será formada por representantes do Ministério Público, do Tribunal de Contas, do Poder Legislativo, da Federação de Agricultura do Estado do Paraná e representantes do Incra. Todos esses, em conjunto, vão acompanhar essa questão passo a passo no momento em que esta Casa aprovar e o governo do Estado do Paraná vierem a sancionar essa lei. Estou encaminhando, hoje, esse projeto de lei, que torna co-responsável o governo do Estado do Paraná, pelo não cumprimento dentro de um determinado prazo, das reintegrações de posse em imóveis e também em imóveis rurais.

Quero falar aos nossos companheiros deputados, que estamos tomando assinaturas para uma Comissão Parlamentar de Inquérito, sendo que nesta Casa, de acordo com o seu Regimento, é possível funcionar cinco CPI's ao mesmo tempo. No dia 30 de junho tivemos o término da CPI do Pedágio e com isso temos caminhando na Casa quatro CPI's, que estão em funcionamento. Apresentamos essa Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar e apurar nos últimos 20 anos, os problemas da reforma agrária, as questões fundiárias do nosso Estado do Paraná. Esse é o objetivo dessa Comissão Parlamentar de Inquérito. Queremos saber como foi aplicado o dinheiro público utilizado para a reforma agrária no nosso Estado. Quanto foi? Como foi aplicado? Quantos assentamentos existem no território paranaense? Quantas famílias que foram assentadas e que continuam vivendo, morando e explorando o pequeno pedaço de chão que recebeu, no momento da Reforma Agrária? Queremos saber quanto temos no Orçamento para o Programa de Reforma Agrária no Estado do Paraná, para esse ano, para o ano que vem e para os próximos anos. Queremos saber qual a real posição, uma radiografia real sobre a questão fundiária no Estado do Paraná, sobre a reforma agrária que foi feita no nosso Estado, sobre o número de famílias assentadas. Quantas dessas famílias estão lá na propriedade rural, vivendo e explorando. E quantos cadastrados nós temos, para serem assentados nos próximos anos, no nosso Estado.

Espero receber o apoio de todos os deputados desta Casa, para que possamos formar, delegado Bradock, uma Comissão Parlamentar de Inquérito, com sete membros, de todos os Partidos que compõem esta Casa e, se for necessário, aumentamos o número de membros, para que

todos possam estar representados. Porque o que queremos, realmente, é mostrar à opinião pública paranaense, o que acontece com a reforma agrária do nosso Estado. Queremos informar a todos os paranaenses e ao Brasil, o que acontece em um assentamento. Tenho a curiosidade e tenho visto pela mídia, por revistas, por alguns meios de comunicação que trazem alguma informação. Nessa semana tivemos na revista IstoÉ Dinheiro, uma ampla divulgação do que vem acontecendo dentro do movimento social que reivindica terra, para as famílias que têm ligação à propriedade, que saíram da propriedade rural e hoje estão nas grandes cidades passando dificuldades.

O Sr. Neivo Beraldin

Permite-me um aparte, deputado?

(Assentimento)

Quantas assinaturas V. Exa. possui nesse documento?

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Temos 10 assinaturas, sendo uma parte de deputados da base aliada e outra parte de deputados da Oposição.

O Sr. Neivo Beraldin

OK. Muito obrigado.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Senhor presidente, senhores deputados, vamos continuar coletando as assinaturas e esperamos que essa comissão sirva, sim, como uma forma de tornar pública a questão fundiária e agrária do nosso Estado do Paraná e queremos contar com todos os Partidos participando desta Comissão.

Obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Horário das Lideranças.

PSDB, PDT.

(Declinam)

PT. Com a palavra o senhor deputado Padre Paulo.

O SR. PADRE PAULO CAMPOS

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados. Aqueles que aqui acompanham este momento solene de retorno dos nossos trabalhos.

Faço pela primeira vez uso desta tribuna, não porque não tivesse necessidade de fazê-lo antes, mas sobretudo porque acredito que as coisas acontecem na hora certa.

Senhores e senhoras, lamentavelmente trago aqui uma notícia desastrosa para nós. Acabo de receber uma ligação da cidade de Mariluz onde um companheiro nosso do Movimento Sem Terra, nesta noite, foi assassinado e encontrado nesta manhã. E aí quero somar-me e reiterar aqui a fala do meu companheiro Tadeu Veneri

quando diz que precisamos sim, de uma CPI para o campo. E não só, companheiro Plauto, nos últimos 20 anos, mas sim nos últimos 500 anos em que a terra que é dom de Deus, foi desrespeitada e nós sabemos por quem - tanto que os que se apropriaram da terra, dom de Deus, nós sabemos de que modo.

O nosso companheiro Francisco Nascimento de Souza, de 27 anos, casado, deixando filhos, foi assassinado, e já havia muitas ameaças, foi executado com várias tiros pelas costas. Já havia muitas ameaças por parte de latifundiários daquela região.

Mas quero também, senhoras e senhores, e me permitam chamá-los de irmãos e irmãs, quero também, fazendo uso pela primeira vez desta tribuna, agradecer a Deus que me escolheu para esta missão política, agradecer aos eleitores que confiaram, mais que na minha pessoa, confiaram num projeto que represento do Partido dos Trabalhadores, e agradecer aos senhores e senhoras, companheiros, colegas de trabalho que muito bem me acolheram no primeiro semestre desta legislatura.

Estou certo, meus irmãos e irmãs, que nós, deputados, temos nesta Casa uma grande responsabilidade quando cada eleitor foi às urnas e acessou o número de nossa candidatura, o fez com muita confiança. Eu diria mais, o fez como um ato religioso, esperando, confiando, acreditando, colocando em nós toda a esperança.

E, meus irmãos, esta responsabilidade que carregamos sobre os nossos ombros, não podemos fazer com que os nossos eleitores se decepcionem. Temos sobre os nossos ombros uma grande responsabilidade e eu chamaria de missão.

Um dos grandes teólogos da Igreja, o Papa Paulo VI, dentre tantas frases, falas e discursos deixou uma frase que se tornou conhecida mundialmente: "A política é uma das mais nobres formas de praticar a caridade".

Meu amigo Reni, se a política é uma das mais nobres formas de praticar o amor, temos este caminho de viver o amor concretamente através da política, sobretudo nós, parlamentares deste Estado, que recebemos de maneira soberana nas urnas esta responsabilidade de bem representá-la. Mas poderíamos também tomar filósofos e outros tantos que falam da política, quando há 2.500 anos Sócrates definia muito bem política que julgo ser a melhor definição: com arte, a técnica e a ciência do bem comum.

Meus irmãos, companheiros e companheiras não podemos deixar que esta instabilidade no exercício do bem fruste os sonhos dos nossos eleitores. Estamos, é verdade, com demandas represadas, falou muito bem a companheira Elza, de anos e anos, sobretudo os últimos oito anos, como categoria política desacreditada. A população não acredita mais nos políticos! Venho à tribuna, com coragem para dizer isso, para conclamar os meus colegas, como sacerdote sim, mas também como companheiros para dizer que precisamos resgatar a certeza que política é a busca do bem comum.

Precisamos resgatar a natureza da política, ela é busca do bem comum, não é busca de interesse pessoal ou interesse de grupos.

Com isso, meus irmãos, não estou procurando fazer aqui um discurso moralista, porque essa não é a função do padre e muito menos falo como político, mas quero fazer e estou fazendo um discurso de resgate de algo tão sério como é a política.

Termino agradecendo aos meus colegas e companheiros do Partido dos Trabalhadores por terem confiado à minha pessoa o cargo de líder da Bancada e espero no retorno deste segundo semestre, aos nossos trabalhos, poder contribuir de maneira amigável e fraternal com esta Casa de Leis, para que o exercício do bem comum, que é próprio da nossa função, se construa, se defina, nesta Casa de Leis.

Muito obrigado.

O SR. RENI PEREIRA (Pela Ordem)

Senhor presidente, gostaria de registrar a presença na Assembléia Legislativa hoje, do deputado Luiz Carlos Haully, vice-presidente da Comissão Especial da Reforma Tributária, que tem se mostrado um aliado, não só do Estado do Paraná, batalhando incansavelmente lá no Congresso, para que a reforma tributária atinja, pelo menos em parte, o objetivo que o Brasil precisa, de ter neste mecanismo a esperança e um mecanismo ordenado para voltar a crescer, gerar novos empregos e principalmente tentando brigar e contornar a situação para assegurar a legitimidade e autonomia dos municípios, não só do Estado do Paraná mas de todos os municípios da União.

O deputado Haully tem se mostrado, indistintamente, um incansável defensor da reforma que o Brasil precisa para voltar a crescer e não da reforma que defenda interesses, mesmo que temporários, mas num determinado alinhamento ideológico.

Tenho certeza que não só em relação à Comissão Especial que foi constituída no Paraná, mas também as demais que foram constituídas no País, fruto de um trabalho que começou aqui no Estado do Paraná, ele tem honrado muito o Estado do Paraná, inclusive sendo referência para todos os parlamentares que citam, na sua proposta de reforma tributária, a reforma ideal que o país precisa.

Gostaria de registrar, não só a presença do deputado Haully mas também agradecer muito o trabalho que ele tem feito em prol do Estado do Paraná e da Federação brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Nossas boas-vindas ao deputado Haully.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 senhores deputados.

Sobre a mesa, Ofício nº 021/2003, subscrito pelo deputado Padre Paulo Campos, constante do expediente, informando que será o novo líder da Bancada dos trabalhadores. **À Diretoria Legislativa e Diretoria de Assistência ao Plenário, para anotar.**

Ofício nº 157/2003, de autoria do deputado Elton Carlos Welter, constante do expediente, justificando sua ausência na Sessão Plenária do dia 04.08.2003.

Expediente subscrito pelo deputado Ratinho Júnior, constante do expediente, comunicando que está filiado ao Partido Popular Socialista e que fará parte da Bancada do PPS com assento nesta Casa. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei Complementar, de autoria do deputado Durval Amaral, devidamente apoiado, constante do expediente. **À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria da deputada Arlete Caramês, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria dos deputados Barbosa Neto e Ratinho Júnior, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães, devidamente apoiado, constante do expediente. **À Diretoria Legislativa.**

Projetos de lei em nº de 03, (três) de autoria da deputada Cida Borghetti, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei em nº de 02 (dois) de autoria do deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 04 (quatro) de autoria do deputado Nelson Justus, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Ademir Bier, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 06 (seis) de autoria do deputado Nereu Moura, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do deputado Vanderlei Iensen, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Edson Pra-czyk, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Alexandre Curi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do deputado Marcos Isfer, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1418 e 1419, de autoria do deputado Nereu Moura, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1420, de autoria do deputado Alexandre Curi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1422, de autoria do deputado Ailton Araújo, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1423, 1452 e 1453, de autoria do deputado Rafael Greca, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1425, de autoria dos deputados Doutor Luciano, Arlete Caramês, Marcos Isfer, Waldir Leite e Ratinho Júnior, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1426 a 1430 e 1468, de autoria do deputado Padre Paulo Campos, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1432, de autoria do deputado Tadeu Veneri, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1434, de autoria do deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1438 e 1440 a 1445, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1448, de autoria do deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1455, de autoria da deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1458 e 1464, de autoria do deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1466, de autoria do deputado Doutor Luciano, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1467, de autoria dos deputados Natálio Stica e Padre Paulo Campos, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1473, de autoria do deputado Marcos Isfer, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1471, de autoria do deputado Rafael Greca, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. RAFAEL GRECA (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, senhores deputados.

O dia 29 de agosto marcará o início das comemorações dos 150 anos do Paraná, 29 de agosto é a data do sesquicentenário da Lei 744 do Império do Brasil, que sancionou o nome sagrado do Paraná para essa província delimitada pelo Rio Paranapanema, pelo Oceano Atlântico, pelo Rio Paraná. E, à época da criação da Província Imperial do Paraná, pelo Rio Uruguai, nós perdemos esse limite a Sudoeste, porque em 1915 com a questão do contestado houve o arbítrio de limite a favor de Santa Catarina e todas aquelas terras onde hoje estão Xanxerê, Chapecó, as terras do Oeste atual de Santa Catarina, foram incorporadas ao vizinho Estado de Santa Catarina.

Essa Sessão Solene do dia 29 de agosto, marcará o início das comemorações do sesquicentenário do Paraná. É o momento de nós refletirmos quanto crescemos entre os cem anos do Paraná - comemorados em 1953 e o nosso sesquicentenário.

Hoje, pela manhã, conversava ao telefone com dona Flora Camargo Munhoz da Rocha, viúva do governador Bento Munhoz da Rocha, que me dizia da sua emoção na inauguração do Centro Cívico, do momento da inauguração do Palácio Iguaçu e do prédio desta Assembléia, e pedi-lhe que, se não pudesse estar aqui conosco, porque é senhora de mais de 90 anos, que nos escrevesse uma mensagem para esta Sessão de abertura das festas do sesquicentenário. E ela comentava, comigo, que pelo menos 200 cidades do Paraná atual, em 1953 não existiam.

É o caso de Cianorte, que está a fazer 50 anos, é o caso de Paranacity, de Kaloré, Francisco Beltrão. E é o caso de tantas outras cidades que há 50 anos atrás não existiam.

Portanto, essa celebração não é só uma celebração de uma data no calendário. É a celebração de uma terra e do vigor de uma gente.

De uma gente que começa a tomar uma identidade.

Em 1953, em Londrina se dizia: aqui é o novo Paraná, aqui é a terra perto do Parana-panema e lá em baixo, em Curitiba, é o Paraná Pamonha. Não havia ligação entre o Norte e Curitiba. Não havia a Estrada do Café. Não havia a ligação dos pés vermelhos, que hoje amamos tanto, na figura da nossa deputada Elza. Não havia a ligação das terras de hálito como os nossos planaltos frios aqui do Paraná tradicional. A ligação da nossa velha Paranaguá, com a ligação das terras de Guairá, era coisa só dos livros de história. Há portanto, que celebrar o Paraná.

O presidente Hermas Brandão se entusiasma com a festa que se inaugura. E nós queremos acompanhar essa festa, conclamando as senhoras deputadas e os senhores deputados. Não é uma festa que se pretenda só para elite. É uma festa que nós pretendemos fazer distribuindo gibis

com a história do Estado, para todas as crianças de todas as cidades do Estado. Fazê-la pela televisão, com jogo de futebol, que o governador já encomendou entre a Seleção do Uruguai e a do Brasil a se desenvolver em Curitiba no dia 19.11 com uma missa a ser celebrada pelo Padre Marcelo Rossi, no dia 19.12, aqui na praça do Centro Cívico, com a elevação da Bandeira do Paraná e da bandeira do Brasil, num momento de união do Estado a ser feito pela televisão, numa antevéspera do Natal do sesquicentenário.

Nós queremos erguer o Paraná, mas queremos erguer sobretudo, a auto estima dos paranaenses, porque 29.08.1853, pela primeira vez, no Senado do Império, quando se promulgou a Lei nº 744, se disse pela primeira vez, que a terra, que nasce onde nós nascemos, tomaria o nome do grande rio, e se chamou pela primeira vez essa terra abençoada de “Terra do Paraná”. E a nós foi dado, nesse dia, o nome de paranaenses.

Vamos, portanto, comemorar essa data.
Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em votação o requerimento. Os deputados que aprovam. **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 05, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 024/2003.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 008 e 242/2003.

Levanta-se a Sessão.

Portarias - DAT

O diretor geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 246 do Regimento Interno, tendo em vista o estabelecimento no artigo 12 da Lei 13.980 de 27 de dezembro de 2002,

R E S O L V E :

PORTARIA Nº 016/2003 - DAT

Ajustar o Orçamento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovado pela Lei nº 13.980 de 27 de dezembro 2002 nas rubricas abaixo

REDUÇÃO DE DESPESA:

Código	P/A	Fonte	Valor
44905200	2000	000	3.000.000,00

ACRÉSCIMO DE DESPESA:

Código	P/A	Fonte	Valor
31901100	2000	000	500.000,00
33903900	2000	000	2.500.000,00
			3.000.000,00

Gabinete da Diretoria Geral, em 02.06.2003.

PORTARIA Nº 017/2003 - DAT

Ajustar o Orçamento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovado pela Lei nº 13.980 de 27 de dezembro 2002 nas rubricas abaixo:

REDUÇÃO DE DESPESA:

Código	P/A	Fonte	Valor
44905100	2000	000	1.000.000,00

ACRÉSCIMO DE DESPESA:

Código	P/A	Fonte	Valor
33903900	2000	000	1.000.000,00

Gabinete da Diretoria Geral, em 01.07.2003.

PORTARIA Nº 020/2003 - DAT

Ajustar o Orçamento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovado pela Lei nº 13.980 de 27 de dezembro 2002 nas rubricas abaixo:

REDUÇÃO DE DESPESA:

Código	P/A	Fonte	Valor
44905100	2000	000	10.000.000,00
44905200	2000	000	5.000.000,00
			15.000.000,00

ACRÉSCIMO DE DESPESA:

Código	P/A	Fonte	Valor
31900300	9000	000	1.300.000,00
31901100	2000	000	12.800.000,00
33903900	2000	000	900.000,00
			15.000.000,00

Gabinete da Diretoria Geral, 28.07.2003.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

Visto: Nereu Moura - Primeiro Secretário

Ata de CPI:

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
BANESTADO
ATA DA 21ª REUNIÃO**

Aos vinte e seis dias do mês de junho do ano de dois mil e três, no auditório Luiz Gabriel Guimarães Sampaio (Plenarinho), sob a Presidência do senhor deputado Neivo Beraldin, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Banco do Estado do Paraná - Banestado, que contou com a presença dos seguintes senhores deputados membros: Delegado Bradock, Luciana Rafagnin, Ailton Araújo, Waldir Leite, Ademir Bier e Francisco Bühner. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos, submetendo à aprovação a Ata da reunião anterior. APROVADA. Em seguida solicitou ao funcionário Marcelo Couto que relatasse os pedidos desta Comissão ao Banco Itaú que não foram atendidos. A seguir o senhor presidente solicitou a presença do convocado, o Sr. Roberto Egídio Setubal, presidente do Banco Itaú para prestar depoimento perante esta Comissão. Verificada a ausência desta, o senhor presidente suspendeu a reunião, reabrindo-a após alguns minutos, solicitando novamente o comparecimento do supracitado convocado. Constatada a sua ausência, o senhor presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente, demais deputados presentes e pelo secretário da Comissão.

(aa) NEIVO BERARDIN - Presidente
Alan Marcos Andrade - Secretário

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
BANESTADO
ATA DA 22ª REUNIÃO**

Aos quatro dias do mês de agosto do ano de dois mil e três, no auditório Luiz Gabriel Guimarães Sampaio (Plenarinho), sob a Presidência do senhor deputado Neivo Beraldin, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Banco do Estado do Paraná - Banestado, que contou com a presença dos seguintes senhores deputados membros: Delegado Bradock, Luciana Rafagnin, Ailton Araújo, Pedro Ivo Ilkiv, Doutor Luciano, Ademir Bier e Francisco Bühner. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos, submetendo à aprovação a Ata da reunião anterior. APROVADA. Em seguida solicitou ao deputado Delegado Bradock que fizesse a leitura da pauta das seguintes deliberações: a Comissão Parlamentar de Inquérito, através de seus deputados, abaixo assinados, no uso de suas atribuições regimentais, RESOLVE interpelar a Secretaria de Estado da Fazenda, a informar o que segue: 01) Sobre a realização efetiva do Plano de Saneamento do Banestado, encaminhando a Assembléia Legislativa, anexo Mensagem nº 028/98 do governo do

Estado, no valor na data-base de 31.03.98 de R\$4.1 bilhões; a comprovação da efetiva realização deverá ser informada por item e em valores considerando-se a data-base de 31.03.98, com sua correção até a realização do saneamento do item, comparando cada item do plano de saneamento com o valor efetivamente aplicado corrigido, levando-se em conta para isto os contratos efetivamente realizados e assinados entre o Estado do Paraná e o Banestado sobre o assunto, respeitando-se os valores, prazos, índices de correção e demais condições neles fixados; 02) Informar eventuais sobras de recursos liberados pela União e a destinação das mesmas, com efetivo respaldo autorizativo; 03) Informar a ocorrência de empenho para pagamento do prêmio, pelo Estado do Paraná, ao consórcio Fator, como taxa de sucesso, calculado no índice de 0,4% sobre o valor da venda do Banestado; 04) Informar qual foi o crédito e as justificativas para sua utilização, para determinação do percentual de 0,4% sobre o valor total da venda do Banestado, bem como quem autorizou a concessão, quem certificou o pagamento, e ainda quem autorizou o pagamento do prêmio de R\$6,2 milhões ao Banco Fator; 05) Informar em que aspectos baseou-se a indicação dos membros para comporem a equipe e quem a compôs (nomes das pessoas, formação acadêmica e técnica e sua experiência), que definiu os critérios e a metodologia utilizada, constante do edital de contratação dos serviços "A" e "B", para precificação e modelagem da venda do Banestado; 06) Informar qual o valor que foi determinado pelo Bacen, para os processos de alienação do Banestado, o valor total efetivamente gasto, computados os dispêndios com o Data-Room, e quem aprovou o pagamento de valor superior; Nota: Incluir gastos custeados pelo Banestado, decorrentes da privatização. Fixa-se o prazo máximo para o fornecimento de tais documentos e informações em 10 (dez) dias, sendo que antes desta data deverão ser encaminhados, na medida que forem sendo localizados/providenciados, tendo em vista o tempo exíguo destinado a esta Comissão. Em votação APROVADO; Solicitação de quebra de sigilo bancário e comercial sobre o Relatório Final do Banco Central do Brasil, sobre as causas que levaram ao saneamento financeiro do Banestado (PT 0001019622 de 04.05.2000). Solicitação que será encaminhada para a 2ª Vara Criminal Federal de Curitiba, bem como dos processos do Banco Central a seguir: PT nº 0001019628 e PT 0001053073 (documentos faltantes de encerramento); PT nº 9800901723/0001019622 (Banestado Comercial); PT nº 9700746525/9900946791 (Banestado Leasing); PT nº 9800920593/0001019626 (Processo Administrativo); PT nº 9900961035/9900939312 (Processo Administrativo); PT nº 9800920593 (Processo Administrativo); PT nº 98009191155 (MP); PT nº 9800901723 (Empréstimo para o Grupo Atalla); PT nº 9900995463 (Empréstimo irregulares), PT nº 9300232020 (Empréstimos irregulares); PT's nºs 9700787801; 9700792527; 9800888819; 9800888829;

9800888837; 9800888842; 0001023189 (Abertura de contas irregulares de possíveis laranjas); PT nº 0001023189 (Abertura de conta irregular), PT nº 9900947545 (Banestado Corretora); PT nº 9900950204 (Denúncia do MP - Corretora); PT nº 9900950992 (Corretora); PT nº 9700712414 (FDE); PT nº 9900952434 (MP-FDE); PT nº 9700712414 (BADEP); PT nº 9900952434 (MP-BADEP), PT nº 9700712414 (Reflorestadora); PT nº 9900952434 (Reflorestadora MP); PT nº 9300236937 (Publicidade); PT nº 9800901723 (Custo elevado Banestado); PT nº 9900952442 (gastos propaganda e publicidade); PT nº 0001019626 (demonstrativos contábeis alterados); PT nº 0001019628 (MP); PT nº 9900957723 (Corretora); Solicitação de quebra de sigilo bancário e fiscal, na Justiça Federal, de todos os Diretores e Conselheiros do Banestado relacionados à aprovação de operações irregulares das 14 empresas já discutidas, bem como sigilo fiscal das mesmas empresas: A.T. Computação Gráfica Ltda, C H Administração e Participações SC Ltda, Construtora Greca Ltda, EBEC - Engenharia Brasileira de Construção, C. R. Almeida S^a Engenharia e Construções Henrique do Rego Almeida e Cia Ltda, Indústrias Reunidas São Jorge S/A, Ocidental Distribuidora de Petróleo Ltda; Raphael F. Greca & Filhos Ltda., Sofhar Informática e Eletrônica Ltda., Tibagi Engenharia Construções e Mineração Ltda., Xingu Construtora de Obras Ltda.; Deliberar que seja oficiado às Receitas Federal, Estadual e Municipal em relação ao pagamento de R\$15 milhões através de recibo, que a Copel fez à empresa DM, por conta de um Termo Aditivo. Sendo que a própria Copel nos informou que não houve neste caso emissão de nota fiscal, tendo em vista que há iminência de prescrição; Apresentar requerimento no Plenário da Assembléia Legislativa para prorrogar a utilização do Plenarinho para esta Comissão Parlamentar de Inquérito; Deliberar pela Interpelação da Secretaria da Fazenda (cópia já encaminhada aos membros na sexta-feira); Encaminhar Carta aos devedores relacionados no Relatório do Banco Central, solicitando dos membros se houve quitação da dívida, para remessa do comprovante da forma de pagamento. Em votação, APROVADO. Foi deliberado também sobre o modelo de carta aos devedores do Banestado, na forma que segue: Curitiba, de agosto de 2003. A (o) Sr. (a), Empresa X, endereço, Cidade, assunto: Quitação de Dívidas perante o Banco Banestado S/A, Prezado(a) Senhor(a): A Comissão parlamentar de Inquérito no uso de suas atribuições legais e regimentais (art. 36 e segs do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná), vem, mui respeitosamente a presença de V. Sra. solicitar seja fornecida a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, que investiga irregularidades no Banco do Estado do Paraná (Banestado), referente à sua privatização e aos prejuízos causados ao Estado do Paraná, informações e documentos referentes ao seu endividamento junto ao Banestado, contraído no período de 1995 a 2000, informando-nos a

situação dos menores e nos enviando comprovantes de quitação existentes ou de renegociação de tais dívidas, num prazo de 5 (cinco) dias do recebimento desta, tendo em vista o exíguo tempo de que dispõe esta CPI. Desde já agradecemos, certos que sua colaboração é essencial para a apuração de fato tão relevante e de interesse de todos os paranaenses. Atenciosamente. em votação. APROVADO. Em seguida o senhor presidente solicitou a presença do depoente o senhor Ricardo Franczyk, que após ler o termo de compromisso, passou a responder as indagações dos senhores deputados membros da Comissão que constam das notas taquigráficas que passam a integrar esta Ata. O depoente foi convidado a comparecer na reunião do dia 06 de agosto do corrente ano, às 10h00. Nada mais havendo a tratar o senhor presidente encerrou os trabalhos, marcando a próxima reunião para o dia 05 de agosto do corrente ano, às 09h00. Para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente, deputados presentes e pelo secretário da Comissão.

(aa) NEIVO BERALDIN - Presidente

Alan Marcos Andrade - Secretário

Atas de Comissões:

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES 15ª LEGISLATURA- 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dez dias do mês de junho do ano de 2003, às 14h00, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniram-se os nobres pares desta Comissão, senhores deputados: Francisco Bühler, Elton Carlos Welter, Miltinho Pupprio, presidindo a reunião, como vice-presidente a deputada Elza Correia, com o intuito de deliberar sobre matéria ordinária, em regime de urgência, a ser submetida à apreciação desta, conforme cito: primeiramente a senhora presidente solicitou à secretária da Comissão, a leitura da Ata da reunião anterior, (6ª reunião), na sequência, o senhor deputado Francisco Bühler, pede dispensa, todos aprovam; após isto, a senhora presidente deu continuidade aos trabalhos, solicitando ao relator que expusesse seu parecer. Então, deputado Francisco Bühler fez a leitura da súmula: Projeto de Lei nº 291/2003 - Mensagem nº 12. Mencionou seu parecer ser FAVORÁVEL - pois o assunto atende o real interesse do trato com o bem público, assim como interesse do Executivo Estadual em conformidade com o interesse maior, que é o da coletividade. Isto posto em votação, foi aprovado pelos demais. Nada mais havendo a tratar a senhora presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo presidente,

demaís deputados e por mim, Sandra Zampier, secretária desta Comissão.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente
Sandra Zampier - Secretária da Comissão

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTES
15ª LEGISLATURA - 1ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA.

Aos vinte e oito dias do mês de maio de dois mil e três, na Sala de Reuniões das Comissões, às 9h30m, foi realizada reunião da comissão de Educação, cultura e Esportes. Sob a presidência do senhor deputado Rafael Greca, Elza Correia, Chico Noroeste, Cida Borghetti e Barbosa Neto. Contando também com a presença dos senhores Ricardo Fernandes Bezerra, diretor geral da Secretaria de Estado da Educação, do professor José Rodrigues Lemos, presidente da APP Sindicato, Gisele Soares, assessora jurídica da APP, Eliane Senhorinho, inspetora do Tribunal de Contas do Estado, Sérgio Schemin, técnico do Tribunal de Contas, Dr. Hermínia Dorgiam de Matos Diniz, promotora de Justiça do Ministério Público e Rosimeire de Souza, contadora do Centro de Apoio de Educação. O senhor presidente deu início à Sessão, agradecendo a presença de todos. Em seguida, o presidente sugeriu o encaminhamento das propostas ocorridas na Audiência Pública realizada no dia 14 de maio. Os senhores deputados e participantes da Mesa também fizeram uso da palavra, no qual decidiu-se pela elaboração, como sugestão desta Comissão, de ofício ao Exmo. Sr. governador Roberto Requião, solicitando o cumprimento na aplicação de 25% da receita de imposto no ensino fundamental e médio, bem como a reposição dos valores que deixaram de ser aplicados nos últimos quatro anos. APROVADO. Na sequência foi proposto à Secretaria da Educação a elaboração e construção do Plano de Cargo, Carreira e Salário - PCCS, no prazo de 60 dias. O senhor José Rodrigues Lemos solicita a esta Comissão a intermediação junto à agenda para audiência a ser realizada no próximo dia 17 no Palácio Iguaçu, bem como sua participação - APROVADO. A reunião com os participantes foi encerrada, conforme consta em notas taquigráficas, parte integrante desta Ata. Em seguida, o senhor presidente passou à Ordem do Dia: 01) Indicação nº 40/2003, de autoria do deputado Nereu Moura, que sugere a criação de Cargos de Chefia nos Núcleos Regionais de Educação nos municípios de Jaguariaíva e Laranjeiras do Sul. Relator: deputado Barbosa Neto. Parecer: FAVORÁVEL - APROVADO. 02) Indicação nº 28/2003, de autoria do deputado Alexandre Curi, que visa instituir no calendário escolar da rede de ensino fundamental, médio e superior, a Semana turística Cultural. Relator: deputado Rafael Greca de Macedo. Parecer: FAVORÁVEL - APROVADO. 03) Indicação nº 35/2003, de autoria do deputado Vanderlei Iensen, que

sugere a criação do vale-cultura para os profissionais da Educação do Sistema Público Estadual de Ensino. Relatora: deputada Cida Borghetti. Parecer: FAVORÁVEL - APROVADO. 04) Indicação nº 34/2003, de autoria do deputado Ratinho Júnior, que sugere a instituição, na rede pública e privada de ensino do Estado do Paraná, o estudo da dependência química e suas consequências e o programa permanente de orientação e prevenção ao uso de drogas. Relator: deputado Barbosa Neto. Parecer: FAVORÁVEL - APROVADO. 05) Indicação nº 26/2003, de autoria do deputado Mauro Moraes, que sugere a obrigatoriedade do conteúdo de introdução à Filosofia nas escolas da rede pública estadual de ensino fundamental e médio. Relator: deputado Rafael Greca de Macedo. Parecer: FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais, para constar eu, Solange Mann, secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente e por mim para que produza os efeitos legais.

(aa) TADEU VENERI - Presidente
Solange Mann - Secretária

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTES
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos oito dias do mês de junho do ano de dois mil e três, reuniu-se a Comissão de Educação, Cultura e Esportes, na sala de reuniões das Comissões, presidida pelo senhor deputado Tadeu Veneri, com a presença dos seguintes senhores deputados: Cida Borghetti, Barbosa Neto e Alexandre Curi. Contando também com a presença do Sr. Macaris do Livramento, atual Campeão Brasileiro de Boxe e Sra. Rosilete Santos, primeira mulher a lutar Boxe no Estado. Havendo número legal, o senhor presidente deu início aos trabalhos, passando à Ordem do Dia: 01) Indicação nº 43/2003, de autoria do deputado delegado Bradock, que tem por objetivo sugerir que o município de Cantagalo passe a pertencer ao Núcleo Regional de Educação de Laranjeiras do Sul. Parecer: FAVORÁVEL - APROVADO; 02) Indicação nº 27/2003 - ex-Projeto de Lei nº 223/2003, de autoria do deputado Mauro Moraes, que obriga as escolas da rede pública e privada a efetuarem campanha anti drogas junto aos alunos. Parecer: FAVORÁVEL - APROVADO. Na sequência, o senhor presidente e os senhores deputados ouviram o Sr. Macaris, que lhes solicitou ajuda no patrocínio para que o mesmo possa defender seu título de campeão brasileiro. Após discussão, ficou definido que a luta será no município de Cascavel, no mês de agosto do corrente. O patrocínio será solicitado, em nome da Comissão à empresa Cocamar - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais, para constar eu, Solange Mann, secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e apro-

vada, será assinada pelo senhor presidente e por mim, para que produza os efeitos legais.

(aa) TADEU VENERI - Presidente
Solange Mann - Secretária

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTES
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
ATA DA 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos dezessete dias do mês de junho do ano de dois mil e três, reuniu-se a Comissão de Educação, Cultura e Esportes, na sala de reuniões da casa Civil, presidida pelo Exmo. senhor chefe da Casa Civil Caíto Quintana. Com a presença dos seguintes senhores secretários Maurício Requião, da Educação; Heron Arzua, da Fazenda e Eleonora Fruet, do Planejamento e com os senhores deputados membros da Comissão: Tadeu Veneri, presidente; Cida Borghetti, Barbosa neto e Alexandre Curi. Contando com a presença do senhor deputado Pedro Ivo Ilkiv, Luciana Rafagnin e Ângelo Vanhoni, da Sra. Maria Marta Lunardon, diretora geral da Secretaria da Administração; Sr. Nestor Bueno, diretor geral da Secretaria da Fazenda; Sr. José Rodrigues Lemos, presidente da APP Sindicato e representantes. O Sr. Caíto Quintana abriu a Sessão, solicitando a presença da imprensa que após os trabalhos foram dispensados, e a seguir passou a palavra ao senhor José Rodrigues Lemos, para que fosse feita a apresentação dos demais representantes e participantes da mesa. Feita a apresentação, o Sr. Lemos argumentou os motivos da paralisação da classe: Plano de reposição para as perdas salariais, assegurar 25% do orçamento para a educação básica, fator necessário para a reposição salarial e para a implantação do Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos servidores da educação. Na seqüência, o Sr. Maurício Requião esclarece que a negociação com a APP Sindicato e o compromisso do governo com os educadores não iniciou nesta data, e sim no 1º dia de governo, enumerando vários benefícios concedidos aos professores até o presente. Havendo o reconhecimento das benfeitorias pelos representantes da APP, foi também solicitado pela parte que não haja o desconto com a paralisação. Os Srs. Maurício Requião e Caíto Quintana comprometeram-se em falar com o governador e darão a resposta à categoria até às 18:00 sobre tal solicitação, tendo em vista que o senhor governador encaminhou à APP declaração que haveria desconto se houvesse paralisação. O Sr. José Rodrigues Lemos e os representantes da APP solicitam aos senhores secretários uma posição concreta sobre o índice e também uma data para a reposição salarial dos educadores do Estado. O Sr. Heron Arzua esclarece que a situação financeira do Estado é difícil e no momento se faz necessário um estudo para que se possa fazer um remanejamento de verba. O Sr. Caíto Quintana solicita aos participantes que exponham a categoria as dificuldades do governo, que não se pode dar certeza de quando e nem quanto se darão os benefícios,

mas a certeza absoluta da melhora, tendo o governo a prioridade no Ensino. O Sr. Maurício Requião confirma a seriedade e a competência do governo em repor as perdas salariais assim que for possível e o encaminhamento para votação nesta Casa, do Projeto de Lei para implantação do Plano de Cargos, Carreiras e Salários no mês de agosto/setembro. O Sr. Lemos não desconsidera a relação de respeito e reconhecimento entre a entidade e o governo, e concorda com o encaminhamento do Projeto à Assembléia. Em seguida, o senhor deputado Pedro Ivo Ilkiv sugere um cronograma de reuniões, aprovado pelas partes, que deverá ser marcado para reavaliação e aprofundamento de dados. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Caíto Quintana, chefe da Casa Civil, encerrou os trabalhos, dos quais, para constar eu, Solange Mann, secretária da Comissão desta Casa de Leis, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente e por mim, para que produza os efeitos legais.

(aa) TADEU VENERI - Presidente
Solange Mann - secretária

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTES
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e três dias do mês de junho do ano de dois mil e três, reuniu-se a Comissão de Educação, Cultura e Esportes, na sala de reuniões das Comissões, presidida pelo senhor deputado Tadeu Veneri, com a presença dos seguintes senhores deputados: Cida Borghetti, Barbosa Neto e Ratinho Júnior. Havendo número legal, o senhor presidente deu início aos trabalhos, passando à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 288/2003, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 09/2003, que objetiva autorizar o Poder Executivo a manter, nos mesmo valores e condições, o pagamento das vantagens previstas nas Leis nºs 13.627, de 11 de junho de 2002 e 13.629, da mesma data, conforme especifica. Relator: deputado tadeu Veneri. Parecer: FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais, para constar eu, Solange Mann, secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente e por mim, para que produza os efeitos legais.

(aa) TADEU VENERI - Presidente
Solange Mann - Secretária

Pauta da CCJ:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PAUTA - 05/08/2003
1ª REUNIÃO ORDINÁRIA
RELAÇÃO DOS PROJETOS E
RESPECTIVOS RELATORES

Projeto de Lei nº 11/2003. Autor: deputado Geraldo Cartário, que autoriza o Poder Executivo a doar

imóvel à Associação Comercial e Industrial de Ribeirão do Pinhal - Paraná. **Relator: deputado Elton Carlos Welter, designado em 02.07.2003.**

Projeto de Lei nº 22/2003. Autora: deputada Luciana Rafagnin, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel à Prefeitura Municipal de Marmeleiro, para funcionamento da Câmara Municipal de Vereadores. **Relator: deputado Marcos Isfer, designado em 02.07.2003.**

Projeto de Lei nº 40/2003. Autor: deputado Nelson Justus, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel ao município de Porto Amazonas. **Relator: deputado Marcos Isfer, designado em 02.07.2003.**

Projeto de Lei nº 54/2003. Autor: deputado Nelson Tureck, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel à Prefeitura Municipal de Goioerê - Paraná. **Relator: deputado Jocelito Canto, designado em 02.07.2003.**

Projeto de Lei nº 55/2003. Autor: deputado Nelson Garcia, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel à Associação dos Diabéticos e Hipertensos de Goioerê - Paraná. **Relator: deputado Jocelito Canto designado em 02.07.2003.**

Projeto de Lei nº 111/2003. Autor: deputado Cleiton Kielse, que autoriza o Poder Executivo a doar veículo à APMI de Ortigueira - Paraná. **Relator: deputado Tadeu Veneri, designado em 02.07.2003.**

Projeto de Lei nº 112/2003. Autor: deputado Cleiton Kielse, que autoriza o Poder Executivo a doar veículo à APMI de Farol - Paraná. **Relator: deputado Tadeu Veneri, designado em 02.07.2003.**

Projeto de Lei nº 113/2003. Autor: deputado Cleiton Kielse, que autoriza o Poder Executivo a doar veículo à APMI de Jaguariaíva - Paraná. **Relator: deputado Tadeu Veneri, designado em 02.07.2003.**

Projeto de Lei nº 123/2003. Autor: deputado Hermas Brandão, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel ao município de Marialva - Paraná. **Relator: deputado Nelson Justus, designado em 02.07.2003.**

Projeto de Lei nº 186/2003. Autor: deputado Durval Amaral, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel ao município de Guaraci - Paraná. **Relator: deputado Nelson Justus, designado em 02.07.2003.**

Projeto de Lei nº 187/2003. Autor: deputado Durval Amaral, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel ao município de Guaraci - Paraná. **Relator: deputado Durval Amaral, designado em 02.07.2003.**

Projeto de Lei nº 203/2003. Autor: deputado José Maria Ferreira, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel à Apadevi de Ibiporã - Paraná. **Relator: deputado Chico Noroeste, designado em 02.07.2003.**

Projeto de Lei nº 211/2003. Autor: deputado Nelson Garcia, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel ao município de Umuarama - Paraná. **Relator: deputado Chico Noroeste, designado em 02.07.2003.**

Projeto de Lei nº 252/2003. Autor: deputado Doutor Luciano, estabelece normas e critérios para clínicas, consultórios e estabelecimentos de estética que utilizam recursos de eletrotermofototerapia. **Relator: deputado Delegado Bradock, designado em 02.07.2003.**

Projeto de Lei nº 262/2003. Autor: deputado Durval Amaral, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel à Associação Comercial e Industrial de Ribeirão do Pinhal - Paraná. **Relator: deputado Delegado Bradock, designado em 02.07.2003.**

Projeto de Lei nº 284/2003. Autor: deputado Durval Amaral, que autoriza a iniciativa privada a auxiliar financeiramente o ensino fundamental e médio nas escolas públicas estaduais. **Relator: deputado Delegado Bradock, designado em 02.07.2003.**

Projeto de Lei nº 286/2003. Autor: deputado Plauto Miró Guimarães, que proíbe a comercialização de pneus usados importados no Estado do Paraná. **Relator: deputado José Maria Ferreira, designado em 02.07.2003.**

Projeto de Lei nº 326/2003. Autor: deputado Barbosa Neto, que autoriza o Poder Executivo a ceder ao município de Londrina o uso do terreno de propriedade do Estado, onde está localizado o 3º Distrito da Polícia Civil do Jardim Bandeirantes, para a construção de um Centro Cultural. **Relator: deputado Delegado Bradock, designado em 02.07.2003.**

Projeto de Lei nº 332/2003. Autor: deputado Nelson Garcia, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel ao município de Indianópolis. **Relator: deputado Ademir Traiano, designado em 02.07.2003.**

Projeto de Lei nº 343/2003. Autor: deputado Nelson Garcia, que altera o artigo 1º da Lei nº 13.859/2002, que declarou de Utilidade Pública a Associação dos Moradores da Comunidade Nossa senhora de Fátima, com sede e foro no município de Icaraíma. **Relator: deputado Elton Carlos Welter, designado em 02.07.2003.**

Projeto de Lei nº 350/2003. Autor: deputado Barbosa Neto, que concede título de Cidadão Benemérito do

Estado do Paraná ao senhor Dalton Fonseca Paranaguá. **Relator: deputado José Maria Ferreira, designado em 02.07.2003.**

Projeto de Lei nº 363/2003. Autor: deputado Carlos Simões, que altera a redação da Lei nº 8294/86, que declarou de Utilidade Pública a Associação Cristianismo Decidido de Assistência Social. **Relator: deputado Tadeu Veneri, designado em 02.07.2003.**

Projeto de Lei nº 373/2003. Autor: deputado Jocelito Canto, que autoriza concede o título de Cidadão Honorário do Paraná ao Padre Wilton Moraes Lopes. **Relator: deputado Delegado Bradock, designado em 02.07.2003.**

Proposição-Veto nº 29/2003. Autor: Poder Executivo, que veta o Projeto de Lei nº 82/2003, de autoria do deputado Natálio Stica, que dispõe sobre a alteração da Lei nº 13.463/2002 (dispõe sobre consumo de bebidas alcoólicas nas dependências dos estabelecimentos revendedores de combustível). **Relator: deputado Duílio Genari, designado em 01.07.2003.**

1ª REUNIÃO ORDINÁRIA
RELAÇÃO DOS PROJETOS DE
UTILIDADE PÚBLICA

Projeto de Lei nº 26/2003. Autor: deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública a APM da Escola Municipal Nicolau Kussi - Educação Infantil e Ensino Fundamental, com sede e foro no município de Goioerê. **Relator: deputado Duílio Genari, designado em 01.07.2003.**

Projeto de Lei nº 27/2003. Autor: deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública a APM da Escola Municipal José Jesus Cavalcante - Educação Infantil e Ensino Fundamental, com sede e foro no município de Goioerê. **Relator: deputado Duílio Genari, designado em 01.07.2003.**

Projeto de Lei nº 28/2003. Autor: deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública a APM da Escola Municipal Onive dos Santos - Educação Infantil e Ensino Fundamental, com sede e foro no município de Goioerê. **Relator: deputado Duílio Genari, designado em 01.07.2003.**

Projeto de Lei nº 29/2003. Autor: deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública a APM da Escola Municipal Daniel Portela - Educação Infantil e Ensino Fundamental, com sede no distrito da Jaracatiá e foro no município de Goioerê. **Relator: deputado Duílio Genari, designado em 01.07.2003.**

Projeto de Lei nº 30/2003. Autor: deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública a APM da Escola Municipal Jardim Primavera - Educação Infantil e Ensino Fundamental, com sede e foro no município de Goioerê. **Relator: deputado Duílio Genari, designado em 01.07.2003.**

Projeto de Lei nº 31/2003. Autor: deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública a APM da Escola Municipal Ladislau Schicorski - Educação Infantil e Ensino Fundamental, com sede e foro no município de Goioerê. **Relator: deputado Duílio Genari, designado em 01.07.2003.**

Projeto de Lei nº 46/2003. Autor: deputado Nelson Justus, que declara de Utilidade Pública a Fundação Hospitalar Harry Guido Greipel, com sede no distrito de Piên e foro no município de Rio Negro. **Relator: deputado Duílio Genari, designado em 01.07.2003.**

Projeto de Lei nº 52/2003. Autor: deputada Cida Borghetti, que declara de Utilidade Pública a Associação Maringaense de apoio e reintegração de adolescente Recanto Jovem, com sede e foro no município de Maringá.

Projeto de Lei nº 153/2003. Autor: deputado Padre Paulo Campos, que declara de Utilidade Pública a Associação de Apoio e Reintegração de Adolescentes Recanto Jovem, com sede e foro no município de Maringá. **Ambos Anexos: Relator: deputado Duílio Genari, designado em 01.07.2003.**

Projeto de Lei nº 183/2003. Autor: deputado Alexandre Curi, que declara de Utilidade Pública Jeep Clube de Curitiba, com sede e foro no município de Curitiba. **Relator: deputado Duílio Genari, designado em 01.07.2003.**

Projeto de Lei nº 240/2003. Autor: deputado Luiz Carlos Martins, que declara de Utilidade Pública o Instituto São Miguel Arcanjo, com sede e foro no município de Curitiba. **Relator: deputado Duílio Genari, designado em 01.07.2003.**

Projeto de Lei nº 247/2003. Autor: deputado Plauto Miró Guimarães, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Espírita Allan Kardec, com sede e foro no município de Irati. **Ambos Anexos: Relator: deputado Duílio Genari, designado em 01.07.2003.**

Projeto de Lei nº 314/2003. Autor: deputado Doutor Luciano, que declara de Utilidade Pública o Centro de Apoio Casa de Passagem, com sede e foro no município de Curitiba. **Relator: deputado Duílio Genari, designado em 01.07.2003.**

Projeto de Lei nº 320/2003. Autor: deputado Neivo Beraldin, que declara de Utilidade Pública a APM da Escola Municipal Arnaldo Busato - Educação Infantil e Ensino Fundamental, com sede no município de Mariluz e foro no município de Cruzeiro D'Oeste. **Relator: deputado Duílio Genari, designado em 01.07.2003.**

Projeto de Lei nº 344/2003. Autor: deputado Pastor Edson Praczyk, que declara de Utilidade Pública a Mis-são SOS Vida, com sede e foro nesta Capital. **Relator: deputado Duílio Genari, designado em 01.07.2003.**

Projeto de Lei nº 352/2003. Autor: deputado Alexandre Curi, que declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária União e Vida, com sede e foro nesta Capital. **Relator: deputado Duílio Genari, designado em 01.07.2003.**

Projeto de Lei nº 356/2003. Autor: deputado Dobrandino da Silva, que declara de Utilidade Pública o Lar de Apoio às Crianças e Adolescentes de Foz do Iguaçu, com sede e foro no município de Foz do Iguaçu. **Relator: deputado Duílio Genari, designado em 01.07.2003.**

Projeto de Lei nº 361/2003. Autor: deputada Elza Correia, que declara de Utilidade Pública o Clube de Mães do Conjunto Habitacional Vivi Xavier, com sede e foro no município de Londrina. **Relator: deputado Duílio Genari, designado em 01.07.2003.**

Projeto de Lei nº 367/2003. Autor: deputado Doutor Luciano, que declara de Utilidade Pública a Associação Paranaense de Portadores de Doenças Reumáticas de Curitiba, com sede e foro no município de Curitiba. **Relator: deputado Duílio Genari, designado em 01.07.2003.**

Ordem do Dia da CCJ:

1ª SESSÃO LEGISLATIVA -15ª LEGISLATURA
DE 15 DE FEVEREIRO A 15 DE DEZEMBRO DE 2003
4ª SESSÃO ORDINÁRIA
PARA O DIA 05 DE AGOSTO DE 2003
TERÇA-FEIRA

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 58/2003, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública a APM do Colégio Estadual Palmital, com sede em Boa Esperança e foro em Mamborê. PARECER FAVORÁVEL COM EMENDA SUBSTITUTIVA DA CCJ.

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 87/2003, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utili-

dade Pública a APM do Colégio Estadual João Maffei Rosa, com sede em Juranda e foro em Ubiratã. PARECER FAVORÁVEL COM EMENDA SUBSTITUTIVA DA CCJ.

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 88/2003, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública a APM da Escola Estadual Rio Verde, com sede em Juranda e foro em Ubiratã. PARECER FAVORÁVEL COM EMENDA SUBSTITUTIVA DA CCJ.

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 89/2003, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública a APM da Escola Municipal Helena Connor Braz, com sede em Juranda e foro em Ubiratã. PARECER FAVORÁVEL COM EMENDA SUBSTITUTIVA DA CCJ.

ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 90/2003, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública a APM da Escola Municipal Paulo Roberto Halatzuk Hrehuchuk, com sede em Juranda e foro em Ubiratã. PARECER FAVORÁVEL COM EMENDA SUBSTITUTIVA DA CCJ.

ITEM 06

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 91/2003, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública a APM da Escola Municipal Paulo Leminski, com sede em Juranda e foro em Ubiratã. PARECER FAVORÁVEL COM EMENDA SUBSTITUTIVA DA CCJ.

ITEM 07

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 56/2003, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública a APM da Escola Municipal Alessandra Bastida Mancin - Educação Infantil e Ensino Fundamental, com sede em Boa Esperança e foro em Mamborê. PARECER FAVORÁVEL COM EMENDA SUBSTITUTIVA DA CCJ.

ITEM 08

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 57/2003, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública a APM da Escola Municipal Olavo Bilac - Educação Infantil e Ensino Fundamental, com sede em Boa Esperança e foro em Mamborê. PARECER FAVORÁVEL COM EMENDA SUBSTITUTIVA DA CCJ.

ITEM 09

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 131/2003, de autoria do deputado Nelson Garcia, que declara de Utilidade Pública a Organização Central das Associações de

Desenvolvimento Comunitário de Tuneiras do Oeste, com sede em Tuneiras do Oeste e foro em Cruzeiro do Oeste. PARECER FAVORÁVEL COM EMENDA SUBSTITUTIVA DA CCJ.

ITEM 10

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 132/2003, de autoria do deputado Doutor Luciano, que declara de Utilidade Pública a Associação Bom Samaritano de Paranavaí, com sede e foro em Paranavaí. PARECER FAVORÁVEL COM EMENDA SUBSTITUTIVA DA CCJ.

ITEM 11

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 154/2003, de autoria da deputada Luciana Rafagnin, que declara de Utilidade Pública a APM de Enéas Marques, com sede em Enéas Marques e foro em Francisco Beltrão. PARECER FAVORÁVEL COM EMENDA SUBSTITUTIVA DA CCJ.

ITEM 12

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 155/2003, de autoria do deputado Pedro Ivo Ilkiv, que declara de Utilidade Pública o Instituto de Surdos e Terapia da Linguagem, com sede e foro em União da Vitória. PARECER FAVORÁVEL COM EMENDA SUBSTITUTIVA DA CCJ.

ITEM 13

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 275/2003, de autoria do deputado Pedro Ivo Ilkiv, que declara de Utilidade Pública o Instituto de Educadores Populares, com sede e

foro no município e Irati. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

ITEM 14

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 358/2003, de autoria da deputada Elza Correia, que declara de Utilidade Pública a Associação Paranaense de Patologia, com sede e foro em Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

Balancetes:

OFÍCIO Nº 009/2003

Curitiba, 09 de julho de 2003.

Senhor Diretor:

Pelo presente venho respeitosamente à presença de Vossa Senhoria apresentar o Balancete Financeiro deste Poder referente ao mês de MAIO/2003, conforme relatório anexo pedindo para que seja feita a publicação do mesmo no Diário desta Casa.

Certo de sua atenção reitero a Vossa Senhoria protestos de estima e consideração.

(a) EDISON CARLOS DE OLIVEIRA
Coordenadoria de Contabilidade

ILUSTRÍSSIMO SENHOR

GABRIEL LUIZ FRANCESCHI

Mui Digno Diretor da DAT

Nesta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

NESTE EDIFÍCIO

BALANCETE FINANCEIRO	MÊS: Maio	REF: GAR260A
ÓRGÃO.....: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ		PAG.: 01
UNIDADE: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ		Data:31/05/2003
MÊS: Maio	Exercício: 2003	

RECEITA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
I - ORÇAMENTÁRIA		
RECEITAS CORRENTES	12.400.000,00	68.400.000,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIA CORRENTES	12.400.000,00	68.400.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	200.000,00	1.600.000,00

RECEITA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
OPERAÇÕES DE CRÉDITOS	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	200.000,00	1.600.000,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00
TOTAL DA RECEITA	12.600.000,00	70.000.000,00
II - EXTRA-ORÇAMENTÁRIO		
ATIVO FINANCEIRO	0,00	0,00
REALIZÁVEL	0,00	0,00
PENDENTE	0,00	0,00
INTERLIGAÇÃO DE SISTEMAS	0,00	0,00
PASSIVO FINANCEIRO	539.779,15	2.829.555,93
DÉBITOS DE TESOURARIA	0,00	0,00
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	539.779,15	2.829.555,93
CANCELAMENTO DE DÍVIDAS PASSIVA (C.A.)	0,00	0,00
TOTAL DO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	539.779,15	2.829.555,93
SALDO DO MÊS ANTERIOR		
CAIXA	0,00	0,00
BANCOS	13.452.873,89	4.760.343,88
VINCULADO	0,00	0,00
TOTAL DE SALDOS DO MÊS ANTERIOR	13.452.873,89	4.760.343,88
TOTAL	26.592.653,04	77.589.899,81

BALANCETE FINANCEIRO ÓRGÃO.....: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ UNIDADE: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ MÊS: Maio	MÊS: Maio Exercício: 2003	REF: GAR260A PAG.: 02 Data: 31/05/2003
--	------------------------------	--

DESPESA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
I - ORÇAMENTÁRIA		
DESPESAS CORRENTES	13.034.678,63	61.105.713,16
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	10.665.216,56	51.321.437,47
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.369.462,07	9.784.275,69

DESPESA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
DESPESAS DE CAPITAL	154.395,04	503.726,73
INVESTIMENTOS	154.395,04	503.726,73
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00
TOTAL DE DESPESAS	13.189.073,67	61.609.439,89
II - EXTRA-ORÇAMENTÁRIO		
RESTOS A PAGAR	1.523,63	462.117,20
PAGAMENTOS	1.523,63	462.117,20
CANCELAMENTOS	0,00	0,00
ATIVO FINANCEIRO	0,00	0,00
REALIZÁVEL	0,00	0,00
PENDENTE	0,00	0,00
INTERLIGAÇÃO DE SISTEMAS	0,00	0,00
PASSIVO FINANCEIRO	294.000,00	2.410.286,98
DÉBITOS DE TESOURARIA	0,00	0,00
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	294.000,00	2.410.286,98
CANCELAMENTO DE OUTROS CRÉDITOS (C.A.)	0,00	0,00
TOTAL DO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	295.523,63	2.872.404,18
SALDO PARA O MÊS SEGUINTE		
CAIXA	0,00	0,00
BANCOS	13.108.055,74	13.108.055,74
VINCULADO	0,00	0,00
TOTAL SALDOS PARA O MÊS SEGUINTE	13.108.055,74	13.108.055,74
TOTAL	26.592.653,04	77.589.899,81

(aa) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

GABRIEL LUIZ FRANCESCHI - Diretor da Diretoria de Apoio Técnico

EDISON CARLOS DE OLIVEIRA - Coordenador de Contabilidade

OFÍCIO Nº 010/2003

Curitiba, 09 de julho de 2003.

Senhor Diretor.

Pelo presente venho respeitosamente à presença de Vossa Senhoria apresentar o Balancete Financeiro deste Poder referente ao mês de JUNHO/2003, conforme rela-

tório anexo pedindo para que seja feita a publicação do mesmo no Diário desta Casa.

Certo de sua atenção reitero a Vossa Senhoria protestos de estima e consideração.

(a) EDISON CARLOS DE OLIVEIRA
Coordenadoria de Contabilidade

ILUSTRÍSSIMO SENHOR
GABRIEL LUIZ FRANCESCHI
Mui Digno Diretor da DAT

Nesta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

NESTE EDIFÍCIO

BALANCETE FINANCEIRO	MÊS: Junho	REF: GAR260A
ÓRGÃO.....: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ		PAG.: 01
UNIDADE: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ		Data:30/06/2003
MÊS: Junho	Exercício: 2003	

RECEITA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
I - ORÇAMENTÁRIA		
RECEITAS CORRENTES	14.900.000,00	83.300.000,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIA CORRENTES	14.900.000,00	83.300.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	100.000,00	1.700.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITOS	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	100.000,00	1.700.000,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00
TOTAL DA RECEITA	15.000.000,00	85.000.000,00
II - EXTRA-ORÇAMENTÁRIO		
ATIVO FINANCEIRO	0,00	0,00
REALIZÁVEL	0,00	0,00
PENDENTE	0,00	0,00
INTERLIGAÇÃO DE SISTEMAS	0,00	0,00
PASSIVO FINANCEIRO	820.322,90	3.649.878,83
DÉBITOS DE TESOURARIA	0,00	0,00
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	820.322,90	3.649.878,83
CANCELAMENTO DE DÍVIDAS PASSIVAS (C.A.)	0,00	0,00
TOTAL DO EXTRAORÇAMENTÁRIO	820.322,90	3.649.878,83
SALDO DO MÊS ANTERIOR		

RECEITA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
CAIXA	0,00	0,00
BANCOS	13.108.055,74	4.760.343,88
VINCULADO	0,00	0,00
TOTAL DE SALDOS DO MÊS ANTERIOR	13.108.055,74	4.760.343,88
TOTAL	28.928.378,64	93.410.222,71

BALANCETE FINANCEIRO	MÊS: Junho	REF: GAR260A
ÓRGÃO.....: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ		PAG.: 02
UNIDADE: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ		Data: 30/06/2003
MÊS: Junho	Exercício: 2003	

DESPESA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
I - ORÇAMENTÁRIA		
DESPESAS CORRENTES	15.460.100,15	76.565.813,31
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	13.383.678,56	64.705.116,03
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.076.421,59	11.860.697,28
DESPESAS DE CAPITAL	143.091,42	646.818,15
INVESTIMENTOS	143.091,42	646.818,15
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00
TOTAL DE DESPESAS	15.603.191,57	77.212.631,46
II - EXTRA-ORÇAMENTÁRIO		
RESTOS A PAGAR	283,50	462.400,70
PAGAMENTOS	283,50	462.400,70
CANCELAMENTOS	0,00	0,00
ATIVO FINANCEIRO	0,00	0,00
REALIZÁVEL	0,00	0,00
PENDENTE	0,00	0,00
INTERLIGAÇÃO DE SISTEMAS	0,00	0,00
PASSIVO FINANCEIRO	227.385,00	2.637.671,98
DÉBITOS DE TESOURARIA	0,00	0,00
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	227.385,00	2.637.671,98
CANCELAMENTO DE OUTROS CRÉDITOS (C.A.)	0,00	0,00

DESPESA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
TOTAL DO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	227.668,50	3.100.072,68
SALDO PARA O MÊS SEGUINTE		
CAIXA	0,00	0,00
BANCOS	13.097.518,57	13.097.518,57
VINCULADO	0,00	0,00
TOTAL SALDOS PARA O MÊS SEGUINTE	13.097.518,57	13.097.518,57
TOTAL	28.928.378,64	93.410.222,71

(aa) ABIB MIGUEL - Diretor Geral
GABRIEL LUIZ FRANCESCHI - Diretor da Diretoria de Apoio Técnico
EDISON CARLOS DE OLIVEIRA - Coordenador de Contabilidade